



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 14/X-1º/2009-10

- 1 - Aos trinta dias do mês de Junho de dois mil e dez, pelas 21H15, no espaço Ginásio e Refeitório da Escola Básica 1º Ciclo "Miquelina Pombo", sitas na Rua Hermínia Silva - Vale Figueira, na Sobreda, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Junho da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia (continuação).-----
- 3 - Período da Ordem do Dia.-----
- 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal.-----
- 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adesão do Município de Almada à União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), também designada União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa".-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----
- 3 - Registaram-se as faltas do Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira (Ent. 1264/X-1º) e da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, Sr.ª Francisca Luís Baptista Parreira (Ent. 1188/X-1º), à reunião.-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Helder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; António Frederico de Meneses Ferrinho; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Domingos José Soares de Almeida Lima; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa da Pena; Henrique Mesquita Pires; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo e António Abrantes de Almeida.-----
- 4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento:-----
- 4.1 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:-----
- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Revés, com Ausência no dia 30 de Junho, (Ent. nº 1189/X-1º), (**Conforme ANEXO I**).-----
- O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 30 de Junho, (Ent. nº 1201/X-1º), (**Conforme ANEXO II**).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 30 de Junho, (Ent. nº 1252/X-1º), (**Conforme ANEXO III**).
 - O Sr. Deputado Municipal Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, com Ausência no dia 30 de Junho, (Ent. nº 1253/X-1º), (**Conforme ANEXO IV**).
- 4.2.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:
- O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Coelho Revés e por impedimento dos cidadãos Sr.ª Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira e Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS V, VI e VII**).
 - O Candidato Exm.º Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Junho, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês e por impedimento dos cidadãos Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio; Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães; Sr. Henrique Rosa Carreiras; Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma; Sr. Luís António de Matos Vicente; Sr.ª Margarida Santos Serafim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV**).
 - O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Junho, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos e por impedimento do cidadão Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XV e XVI**).
 - A Candidata Exm.ª Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 30 de Junho, da eleita Sr.ª Ana Margarida Machado da Silva Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XVII**).
- 4.3 - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação das Juntas de Freguesia de Cacilhas, da Charneca de Caparica, da Costa da Caparica e do Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes dos Órgãos Autárquicos são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. Rui Ribeiro Perdigão, Sr. Manuel Passos Pacheco Simões, Sr. Adérito Gouveia Ramos e Sr. José Alberto Ferreira Durão, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XVIII, XIX, XX e XXI**).
- 4.4 - O Presidente chamou a atenção para a distribuição em curso da Informação Nº 03/09-10 (Actividade dos Membros da Mesa - Período de 26/Abril/2010 a 29/Junho/2010).
- 4.5 - O Presidente informou dos Requerimentos dos Deputados Municipais à Câmara Municipal bem como das respectivas respostas.
- 4.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:
- "Srs. Deputados Municipais;
- Para efeitos e nos termos do nº 9, do artigo 16º, do Regimento informo quanto aos Requerimentos dos Srs. Deputados Municipais e respectivas Respostas de que:
- Requerimentos entrados desde a Sessão Ordinária de Abril:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Do Grupo Municipal do Partido Socialista, Nº 1 sobre "Loja do Município", subscrito pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos e outros Entrada nº 950/X-1º, em 29 de Abril de 2010, teve resposta (Entrada nº 1137/X-1º) dentro do prazo determinado pelo nº 8, do artigo e Regimento antes referidos.-----
 - Do Grupo Municipal BE, nºs 9 a 12/X-1º inclusive, subscritos pela Sr.ª Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano com Entradas nºs 978, 977, 976 e 975/X-1º, respectivamente e sobre "Transferências e Subsídios para as instituições sem fins lucrativos", "Apoios Concedidos ao Movimento Associativo", "Gestão de Recursos Humanos - Contratos a termo resolutivo" e "Mobilidade Interna Intercarreiras", tiveram respostas (Entradas nºs 1138, 1139, 1140 e 1141/X-1º) dentro do prazo determinado pelo nº 8, do artigo 16º do Regimento.-----
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.-----
- 5.1 - Usou da palavra a Exm.ª Senhora Munícipe Inês Castro, do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica, Rua dos Três Vales, Bº Fundo Fomento - 2829-505 CAPARICA.-----
- 5.1.1 - A Exm.ª Senhora Munícipe Inês Castro, Representante do Agrupamento de Escolas do Monte de Caparica:-----
- "Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
- Venho aqui hoje, não em nome pessoal, mas para vos transmitir a posição das Direcções das Escolas de Almada e também do Concelho do Seixal, porque tivemos hoje de manhã uma reunião para analisar a Resolução Nº 44/2010, da Presidência do Conselho de Ministros, que é uma Resolução que prevê o encerramento das Escolas com menos de vinte e um alunos, as Escolas do 1º Ciclo, e prevê também a fusão de Agrupamentos de Escolas com Escolas Secundárias, de modo a criar aquilo que é chamado hoje de mega agrupamentos. E a nossa posição é muito clara, nós somos frontalmente contra a criação destes mega agrupamentos. E consideramos que a Resolução do Conselho de Ministros enuncia critérios ambíguos e contraditórios que nos leva a dizer que no fundo quem vai decidir da constituição destes Agrupamentos, são as estruturas da administração educativa sem sabermos exactamente com base em quê. Se é o número de alunos, se é a proximidade geográfica, se são os projectos pedagógicos das Escolas que são todos diferentes e que teriam que se fundir e portanto as escolas perderiam a sua identidade própria e ficariam descaracterizadas da sua acção.-----
- É apresentado também nessa Resolução um critério que à partida parece bondoso do ponto de vista pedagógico, que é o critério de permitir que o aluno tenha uma sequencialidade no seu percurso educativo. Desde o pré-escolar até ao 12º ano. Mas essa bondade é aparente, e é aparente por duas razões a primeira é que a escolaridade não é obrigatória para doze anos, não há doze anos de escolaridade obrigatória, há uma ambição nacional de que os jovens venham a ter doze anos de escolaridade obrigatória. Porque se fosse obrigatória teria de ser obrigatoriamente alterada a Lei do trabalho que prevê que qualquer jovem com dezasseis anos possa ingressar no mercado do trabalho.---
- Em segundo lugar, nós não compreendemos a valia desta medida, que valia tem a criação de mega agrupamentos quando eles conduzem e já estão constituídos nalgumas Regiões do País com grande número de alunos, com milhares de alunos que conduz à despersonalização da relação educativa, da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relação pedagógica, à desumanização, que põe em causa a relação de proximidade que deve existir entre as Direcções e os Professores, os Alunos e a Comunidade Educativa em geral, e que os torna de alguma maneira governáveis. Esta medida em nosso entender traz uma enorme instabilidade às Escolas e põe em causa um clima educativo que permita aprender, estudar e trabalhar com sossego e com calma. Não é possível suportar mais consecutivas reformas educativas que são reformas estruturais e que põem em causa todo o trabalho desenvolvido pelas Escolas. Nós temos hoje órgãos eleitos nas Escolas, quer os Directores, quer os Conselhos Gerais, que foram eleitos, alguns nem há um ano, os Conselhos Gerais alguns foram eleitos em Setembro, há meia dúzia de meses e já estamos a pôr em causa tudo isto, porque a criação dos mega agrupamentos prevê a dissolução destes órgãos todos e a constituição de novos órgãos. Não é possível de facto trabalhar assim nas escolas. Eu ontem tive a oportunidade de estar na Assembleia da República, na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência para tratar de um assunto que são os Territórios Educativos de Intervenção prioritária e fui informada que há uma iniciativa parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português que prevê a suspensão desta medida e que de alguma maneira todos os Partidos Políticos presentes na Comissão Parlamentar de Educação se manifestaram favoráveis a essa medida e portanto contra a constituição destes mega agrupamentos. E há mais, porque é que se quer ser tão rápido na constituição destas mega agrupamentos? Há situações no Norte que começaram a ser resolvidas no início de Junho, quando a Resolução do Conselho de Ministros tem a data de 14 de Junho. Porque é que se quer ser tão secreto na constituição destes mega agrupamentos? Porque é que se quer individualizar as Escolas e com isso, digamos, aumentar o secretismo e tentar tornar mais frágeis essas mesmas escolas? São interrogações que nós deixamos aqui aos Srs. Deputados Municipais e deixamos um apelo que é este, por favor apoiem-nos e não deixem constituir mega agrupamentos no Concelho de Almada."-----

5.2 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município António Manuel Dias da Silva, morador na Rua António Aleixo, nº 13, c/v Esq. - Miratejo - 2855-229 Corroios.-----

5.2.1 - O Exm.º Senhor Município António Manuel Dias da Silva:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente à minha intervenção de ontem, que mereceu as respostas do Sr. Vereador José Gonçalves e da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, queremos de esclarecer o seguinte e com o maior respeito:-----

Não viríamos a este fórum arguir sobre aquilo que é designada como "política global de recursos humanos" só porque possuímos uma licenciatura.-----

Uma licenciatura não representa competência nem experiência profissional, como aliás é senso comum. Não viríamos ocupar o tempo desta Assembleia com argumentações desprovidas de bom senso e motivadas por sobranceira demagógica.-----

Sobre a argumentação do Sr. Vereador, por quem pessoalmente tenho consideração, cumpre-me recordar-lhe que lhe solicitei, antes de mais, em todas as entrevistas que me concedeu, ser transferido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

para funções adequadas às minhas competências profissionais em comunicação, obviamente consolidadas pela licenciatura.-----

Referi-o na intervenção de ontem e poderia tê-lo mencionado na sua resposta.-----

As transferências inter serviços são frequentes para alguns trabalhadores em muitas áreas de trabalho da CMA. Porque não nós?-----

Não estamos simplesmente a pedinchar uma promoção só porque temos uma licenciatura.-----

Por outro lado, repito: na Câmara de Almada foram reclassificados para Técnico Superior vários funcionários. Em 1999, ano em que a Sra. Presidente me transferiu da Divisão de Informação para o actual Departamento de Informática, ocorreram 3, uma das quais precisamente para aquela Divisão.-----

A actual mobilidade intercarreiras prevista na Lei é a forma mais célere e económica para obter técnicos qualificados, com provas dadas no terreno. Isso, sim, seria ir ao encontro do interesse público.-----

Uma prova concursal, como muitas outras, é subjectiva, a CMA já teve algumas experiências desagradáveis com essa opção.-----

Aliás, muitas das impugnações de concursos promovidos pela CMA (internos e externos) são sentenciados a favor dos requerentes apesar de, algumas vezes, não determinarem resultados práticos para estes.-----

A Sra. Presidente da Câmara referiu a magnanimidade da autarquia quanto ao estágio concedido ao funcionário Eduardo Monteiro. Estranho seria que tal não sucedesse, tendo em conta o seu currículo profissional, uma vez que é política da CMA permitir estágios remunerados na área da comunicação, como é natural e legítimo que suceda.-----

Quanto à minha experiência de 8 anos da Divisão de Informação, a Sra. Presidente referiu e bem o apoio ao operador de câmara de vídeo, como “carregador” de um equipamento (no caso um gravador acoplado à câmara). Experiência muito enriquecedora, admito.-----

Esse apoio não daria, como referiu, experiência jornalística. Mas as minhas funções, como sabe, ultrapassaram largamente carregar aquele equipamento, como consta do meu currículo, na posse dos Recursos Humanos da CMA e que distribuí hoje a esta Assembleia.-----

Nomearei apenas algumas:-----

Reportagens videográficas, fotográficas e escritas de acontecimentos no Município:-----

- Entrevistas a várias personalidades do concelho (nas quais incluo a Sra. Presidente, alguns Vereadores, entre outros);-----
- Entrevistas a artistas nacionais e internacionais, nomeadamente durante o Festival de Teatro, entre outras iniciativas (seria exaustivo enumerá-los);-----
- Entrevistas a vários dirigentes associativos e desportistas locais, alguns dos quais hoje figuras nacionais;-----
- Assistente de produção do videograma sobre o programa de Reabilitação “Nova Almada Velha”, premiado com Menção Honrosa no Festival Internacional de Vídeo de Oeiras.-----

E não me limitei a carregar o equipamento. Trabalhei no guião e na montagem de imagem e som;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Produção do programa de rádio “Almada Viva”, da responsabilidade da CMA, incluindo a realização de gravações e a locução do programa (substituí o responsável quando este se ausentava);-----

- Operei com a câmara de vídeo (e ao mesmo tempo carregava o tal equipamento) quando era necessário; - Fotografei - Redigi textos -----

Tudo está documentado em imagens de arquivo, gravações áudio, etc. -----

Mesmo assim estas funções não dariam experiência jornalística, nas autarquias não se exerce jornalismo. A comunicação autárquica é eminentemente institucional, e do âmbito das relações públicas, como forma de promover as iniciativas do órgão autárquico, responsável pela agenda e conteúdos comunicacionais.-----

Em 2007 elaborei e enviei à Direcção dos Recursos Humanos da CMA, uma proposta de trabalho na área da comunicação institucional, para a qual não obtive resposta.-----

Nestas circunstâncias é claramente inevitável a desmotivação, apesar do apoio de colegas de trabalho e algumas chefias sensíveis mas sem autoridade para resolver a questão.-----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais,-----

Nenhuma pessoa ou organização está isenta de crítica. Aliás, as organizações que promovem o diálogo aberto, nomeadamente sobre a matéria em discussão, são as que mais e melhores resultados obtêm.---

Continuamos a não saber porque motivo esta Administração, injustamente, nos impede a transferência para serviços adequados às nossas aptidões, tal como sucede com outros funcionários da autarquia.----

Solicitamos dos Srs. Deputados Municipais e do Executivo Camarário uma análise séria sobre este assunto que representa grande parte das nossas vidas activas. Devo dizer que continuo à disposição da Câmara Municipal e Assembleia Municipal para qualquer esclarecimento sobre esta matéria.-----

Obrigado pela vossa atenção."-----

5.3 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José Miguel, morador na Travessa Ulmeiros, nº 6 - Pinhal Vidal - 2855-287 Corroios.-----

5.3.1 - O Exm.º Senhor Município José Miguel:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu venho aqui dar uma informação que diz respeito talvez à Junta de Freguesia, uma vez que está aí o Sr. Presidente pode tomar essa nota que eu vou aqui explicar.-----

Acontece que eu moro no Concelho do Seixal, como faço noventa por cento da vida no Concelho de Almada também gosto de pôr os meus problemas. Acontece que eu moro ao cimo da Rua da Quinta dos Ulmeiros, há uma rua que se chama Rua do Baleizão e a Rua das Catalpas, tem dois nomes, uma vez que a Rua de Baleizão é no Concelho de Almada, a Rua das Catalpas é no Concelho do Seixal. E estas duas ruas puseram um sinal à ponta da Rua das Catalpas que é um sinal de proibição de transportes pesados com mais de três mil e quinhentos quilos, e na Rua de Baleizão está outro sinal. Acontece que há uns três meses para cá passam grandes camiões aí, uma vez que puseram lá aquele sinal os camiões contornam e passaram a passar na Rua do Alentejo que é uma rua lateral à Rua de Baleizão e vão contornar, e vão entrar na Travessa do Alentejo, que não tem sinalização e vai entrar na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Rua das Catalpas e na Rua de Baleizão que é onde tem esses sinais que é proibido carros pesados uma vez que não tem esse sinal na Travessa do Alentejo, eles vão por ali se encontrarem as autoridades eles dizem que entraram na rua sem sinalização de proibição de carros pesados. E a minha informação é que não sei se será da responsabilidade da Junta, que ponham ali pelo menos um sinal de proibição de transportes pesados na Travessa do Alentejo. É esta a minha informação. E outra coisa, já agora no fundo da Rua Catarina Eufémia ali aquela zona verde há uns anos alertei para isso, pode não haver disponibilidade para fazer ali naquelas barreiras que aquilo está-se a tornar um vazamento de entulho, um despeja um bocado, outro despeja outro bocado e às duas por três a zona está cheia de entulho. Caso haja possibilidades para limparem aqueles entulhos que estão ali à volta daquele parque ao fundo da Rua Catarina Eufémia na Quinta dos Monteiros."-----

5.4 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José António Pereira, morador na Rua dos Benvindos às Quintinhas, Lote 10 - Vale Cavala - 2825-119 Charneca de Caparica.-----

5.4.1 - O Exm.º Senhor Município José António Pereira:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu venho de novo a esta Assembleia e já cá estive em sucessivas Assembleias e parece que a minha retórica é sempre a mesma. mas de facto a gravidade das situações acumulam-se e a minha preocupação como cidadão e como Coordenador do Movimento de Cidadãos na Charneca da Caparica aumenta à medida que eu observo a incongruência dos factos e a incongruência das posições em matérias sensíveis como o IC32, em matérias sensíveis com a construção da Estrada ER 377/2 ou a ocupação ilegal das Terras da Costa. E quando eu olho e toda a gente conhece esta publicação da Turiscosta de Maio em que se diz "as Terras da Costa uso agrícola garantido" e abre uma das páginas em que nós dizemos e podemos ler "Requalificação da Costa avança", observamos um conjunto de inverdades que o artigo tem e que eu lamento que seja publicado desta maneira num órgão da Câmara Municipal. Eu não vou entrar aqui em grandes detalhes técnicos, mas alerto os presentes para o facto da Câmara Municipal de Almada ter enviado ao cuidado da Assembleia da República no dia 16 de Dezembro de 2009, um ofício ao cuidado da Sr.ª Secretária Geral Conselheira Adelina Sá Machado, com um parecer técnico de um esclarecimento. E entre outros detalhes desse documento que a Sr.ª Presidente pode fazer chegar a todos os Srs. Deputados e aos ilustres Vereadores, fala-se de um conjunto de coisas, nomeadamente do PP4 não estar aprovado, que a Câmara cumpre todos os direitos de propriedade e dá o estrito cumprimento da Lei dos Regulamentos promovendo mecanismos legais ao seu dispor, etc., etc.. O que nós verificamos no artigo que logo no final do primeiro parágrafo diz que iniciou em Maio perto das Torres a construção de cento e quarenta e seis fogos no âmbito do Programa Polis, quer dizer o Programa Polis já está a ser executado. Esta Assembleia não aprovou o PP4, o PP4 devia ter sido aprovado aqui, devia ter transitado para o conselho de Ministros, publicado em Assembleia da República e depois sim poder-se avançar as coisas. Mas pronto, ao que parece a pressa é grande. Depois observo ainda neste mesmo artigo algumas outras coisas, como por exemplo ocupados indevidamente aqueles terrenos que foram ocupados pela Câmara agora e a Câmara



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

reparem tem vinte e três processos em Tribunal, seis dos quais tiveram uma Sessão de Julgamento onde houve uma sentença de suspensão por uma questão de jurisprudência dado que está num Juízo e são quatro Juízes que têm os processos, a Câmara sabe isso, a sua Advogada está e portanto é escandaloso esta ocupação, no nosso entender.-----

Falando da Escritura da Posse em 1972, a Câmara como todos sabem comprou os terrenos aos anteriores proprietários em 71 e 72. Num dos tópicos, vamos dizer assim, num dos requisitos da escritura assegura a Câmara todas as suas responsabilidades sociais. Em 73 as responsabilidades da Câmara em termos de matéria de indemnização era cerca de vinte e seis mil contos a pagar aos rendeiros que até hoje ainda não o fez. Depois há uma série de coisas que se diz que, para lá da estrada, que como podem ver os mapas e podem consultar a Agência Portuguesa do Ambiente ou nas Estradas de Portugal, a estrada está para lá daquilo que foi definido estritamente no corredor da construção da estrada e ocupa a Reserva Agrícola Nacional e ultrapassa completamente esta situação. E depois diz-se no final do artigo para todos lerem e vou acabar aqui, "a Nascente da ER 377/2 até à Arriba manter-se-á exclusivamente a função agrícola para todos os terrenos". Esquecemos nós que no PDM de Almada há um corredor para o comboio, e se o comboio for construído quer dizer, eu pergunto qual é a área que sobra para fazer agricultura. Senão reparemos numa entrevista do sr. Professor Ribeiro Teles ao Jornal (...) no dia 5 de Junho, ele fala concretamente do atentado na Área Metropolitana destas terras. Eu não vou comentar mais nada sobre isto, mas vou deixar dois artigos para que todos possam constatar, isto é uma composição se assim podemos dizer, do artigo da CostaPolis e um mapa que nós não temos data sobre ele, que pensamos ser do início do século XX, final do século XIX, onde estão assinalados os nomes dos rendeiros e as propriedades. Pensamos nós que este estrato de mapa, que este mapa original tenha sido propriedade do anterior proprietário das terras, antes da Câmara as comprar. Para concluir é o seguinte. Eu não espero assistir mais a actos destes de violência sobre a população, a demagogia escrita em órgãos municipais e de facto e nós todos sermos silenciosamente complacentes. A mim como cidadão indigna-me este tipo de situações e deixo isto à reflexão de todos. Todos queremos construir um futuro melhor em Almada, mas desta maneira com estes atropelos eu penso que não vamos. Porque se pensarmos em indemnizações e estão calculadas, ultrapassam ao agricultor em causa os vinte mil euros e alguém vai ter que pagar este dinheiro."-----

5.5 - Usou da palavra o Exm.º Senhor Município José Ribeiro, morador na Rua das Vítimas da Guerra Colonial, nº 32 1º Esq. Frente - 2825-420 Costa da Caparica.-----

5.5.1 - O Exm.º Senhor Município José Ribeiro:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Venho aqui falar em nome de um aglomerado de amigos e comerciantes da Costa da Caparica que nos juntamos no sentido de tentar melhorar a nossa actividade. Estou aqui a representar também uma actividade comercial que tenho na Costa da Caparica e sabendo nós que a actividade turística é fundamental para este País e motor de desenvolvimento seja local ou regional, carece de um adequado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

planeamento. O que nos preocupa é precisamente a situação que está neste momento a acontecer com os comerciantes essencialmente na Rua dos Pescadores da Costa da Caparica. A actividade turística tem impactos positivos e negativos, desde que seja bem planeada os impactos minimizados, impactos esses que podem ser económicos, sociais, ambientais, isso tudo. A nós essencialmente o que nos está a preocupar é a nossa actividade económica em que o que deparamos foi que depois das obras feitas de requalificação da área, foi-nos retirado uma série de possibilidades dos utentes da Costa da Caparica poderem estacionar as suas viaturas junto da avenida principal, junto ao mar, junto à orla Costeira, o que pessoas que queiram vir à Costa passear ou possíveis consumidores do negócio da Vila, nesta situação não se dirigem ao Centro da Vila, o que nós estamos a sentir é que de há uns tempos para cá a movimentação na Rua dos Pescadores que era a rua principal da Costa, o passeio normal da Vila, ainda hoje, ontem, as semanas e estes meses anteriores temos visto que não se vê ninguém na rua, e o que nós vimos pedir é que seja tomado em atenção a possibilidade de haver um estacionamento em espinha ou de uma outra forma mais adequada em que se possa naquela zona junto à avenida antiga, antiga avenida que havia, Humberto Delgado que se possa manter a possibilidade do estacionamento, as pessoas poderem mais facilmente se deslocarem ao Centro da Vila. Estando tudo restringido à zona da praia."-----

5.6 - Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara; os Srs. Deputados Municipais Sérgio Taipas; José Joaquim Leitão; Fernando Pena; o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e António Abrantes de Almeida - Presidente da Junta de Freguesia da Sobreda para responderem/esclarecerem os Srs. Munícipes.-----

5.6.1 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Em nome da CDU gostaria de me pronunciar sobre o que aqui nos foi trazido acerca dos mega agrupamentos de escola.-----

Em primeiro lugar partilhar uma enorme preocupação por esta notícia que tivemos aqui hoje e a necessidade também no âmbito desta Assembleia Municipal acompanharmos de perto. Uma preocupação muito grande por reiteradamente o Ministério da Educação ter processos administrativos cegos sem avaliação do responsável de práticas anteriores e impor às escolas permanentemente sistemática e consecutivamente roturas no seu próprio funcionamento. E isto não ocorre como agora se pretende, apenas relativamente a questões de gestão e de administração. Estão em causa os projectos pedagógicos como têm estado em causa frequentemente aspectos de organização curricular, de prática pedagógica, de avaliação de professores, alunos, etc., etc.. Uma vez mais não é por acaso que esta medida é tomada, ou a intenção desta medida direi é tomada nesta altura do ano lectivo, porque de facto elas são habitualmente tomadas sem respeito nem pela educação nem pelas escolas, nem pelas autarquias que não sendo repartições do Ministério da Educação, mas antes administração autónoma do Estado, têm um papel interveniente que é o seu, delimitado na Lei através das suas próprias competências e que também tem de ser respeitado.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Entendemos sobre esta matéria que medidas de tão grande complexidade e que envolvem alterações profundas na gestão e na pedagogia dentro das escolas, não podem ser tomadas de animo leve e muito menos de um momento para o outro. Entendemos que apenas um diálogo construtivo, profundo que consiga construir um quadro novo e esse quadro novo tem de respeitar as cartas educativas, e mais do que isso, deverá de uma forma transparente a nível nacional respeitar ou garantir uma articulação das cartas educativas no quadro de uma carta nacional. E nesse sentido e no âmbito desta Assembleia para além de estarmos de acordo e preocupados entendemos que a Assembleia Municipal de Almada, através da sua Comissão deve proporcionar uma reunião rápida e urgente para a qual deverá convidar o Sr. Vereador da Câmara Municipal de Almada, os Srs. Presidentes dos Conselhos Executivos, os Directores das Escolas, para uma reunião em sede própria aprofundar-se e não apenas termos um conhecimento pela rama do ponto da situação e acompanhar esta situação."-----

5.6.2 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vou fazer uma intervenção sobre as questões suscitadas a propósito da Resolução do Conselho de Ministros Nº 44/2010. Nós ontem tivemos aqui a apresentação de uma Moção inicialmente do Bloco de Esquerda e depois também apoiada pela CDU que propôs um conjunto de alterações, moção essa que apresentava a orientação estabelecida no que diz respeito ao encerramento das Escolas que não têm condições pedagógicas para desenvolver um serviço educativo de qualidade, dizia eu que relativamente a essa orientação política juntaram-se todas as forças políticas no sentido de zuzir o Governo. Afinal parecia ontem que era uma medida completamente isolada na sociedade portuguesa. Hoje temos um documento que eu distribuí que é um protocolo, um acordo entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e o Ministério da Educação para a implementação da medida. E temos notícias na comunicação social em que é referido o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios e Presidente da Câmara de Benavente eleito da CDU a pronunciar-se sobre a matéria e o próprio Sr. Mário Nogueira, Secretário-Geral da FRENPROF também prestou declarações à saída do encontro que teve com o Sr. Presidente da República a congratular-se com a assinatura do acordo que tem como função, como poderão verificar pela simples leitura. Tem como objectivo a operacionalização da medida de política que foi ontem criticada pelos Srs. Deputados dos outros partidos que não o PS. Hoje é aqui trazido outro aspecto da mesma Resolução do Conselho de Ministros que tem a ver com a reorganização da rede, no sentido de dar uma melhor resposta às necessidades que existem em termos da educação, nomeadamente com o alargamento da escolaridade para os doze anos. Foi legítima a posição aqui apresentada e é legítimo que os Municípios de Almada se dirijam à sua Assembleia a apresentar as suas preocupações e a solicitar o apoio, não tenho objecção a esse tipo de procedimento. O que quero aqui afirmar é que o objectivo da reorganização pretendida é criar melhores condições para o funcionamento das nossas escolas e para os serviços da educação em Portugal. Na mesma linha aliás da medida de política ontem objecto de análise e deliberação, aquilo para que apelava e até de forma aparentemente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

paradoxal apoiando aqui a intervenção do Sr. Deputado Sérgio Taipas, é que haja de facto um acompanhamento desta medida para que apareça aos olhos de todos que esta medida tem virtualidades, tem possibilidade de ajudar a responder aos problemas da educação, e tem possibilidade de criar condições para que os nossos alunos tenham cada vez melhores escolas, escolas em condições de propiciar o sucesso educativo que o nosso Concelho merece."-----

5.6.3 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Aquilo que nos foi trazido pelo cidadão José António Pereira sobre as Terras da Costa configura de facto uma actuação presumivelmente à margem da Lei da Câmara Municipal de Almada.-----
Em Maio deste ano a Câmara Municipal de Almada entrou por dois lotes de terreno agrícola e com o apoio da GNR destruiu colheitas, destruiu alfaias agrícolas, destruiu sistemas de rega e ocupou as terras para aí fazer urbanização. E o que se passa aqui é que esse é um dos vários atropelas à Lei que têm vindo a ocorrer neste processo. O outro foi exactamente aquele que referiu o Sr. Município em que a Câmara anuncia o início da construção dos fogos de habitação social ao abrigo de um Plano de Pormenor que ainda não está aprovado. Isto é verdadeiramente extraordinário. A Câmara Municipal de Almada actua como dona e senhora e contradiz tudo aquilo que é uma política de planeamento. Eu acho que em poucos sítios do mundo civilizado uma Câmara Municipal se lembraria de construir estradas e habitação na terra mais fértil que tem. Esta terra tem características únicas na Europa. É isso que afirma precisamente nessa entrevista o Sr. Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles que chama um crime ao que está a suceder nas Terras da Costa. E o que eu acho é que nós não podemos continuar indiferentes a um problema que é tão sério, que compromete tanto o futuro de Almada e daquilo que queremos da nossa cidade sustentável quando estamos a andar precisamente no sentido oposto do que está a andar o resto do mundo que estabeleceu através das Nações Unidas a agricultura como o grande desafio das cidades para o século XXI. Aliás, num protocolo entre a Câmara Municipal de Almada e o Instituto Superior de Agronomia saiu um documento em 2004 que precisamente prevê a instituição do parque agrícola das Terras da Costa, de duzentos e vinte e dois hectares. Isto é, prevê ainda um aumento de trinta hectares em relação ao espaço actual. Mas a Câmara prepara-se para juntamente com o Instituto de Estradas de Portugal e ao abrigo do Polis, destruir terreno agrícola do mais valioso que nós temos em Portugal, que nós temos na Europa. E portanto, esta actuação de violência, de destruição do modo de vida de pessoas, por uma Câmara de um Partido que ainda por cima se diz de esquerda, que defende os agricultores em tanto sítio, temos a Sr.^a Presidente a dar uma entrevista perfeitamente inacreditável ao Jornal da Região que diz que a destruição da agricultura no nosso País em benefício do urbanismo foi um grande erro e o que a Câmara se prepara para fazer é precisamente continuar este erro da forma mais grave que podíamos observar."-----

5.6.4 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Apenas para dizer que o que se passou aqui ontem foi uma situação muito precisa, não foi proposta pela CDU, dizia respeito a uma situação concreta de Pêra e a nossa posição foi clara, recusando qualquer tipo de maniqueísmo na resolução dos problemas e exigindo diálogo, estudo e seu acompanhamento. Não é com falácias que se resolvem os problemas e não pode haver comparação entre as duas situações. O que nos é trazido aqui hoje é mais uma recaída, porque o diálogo quando tem existido é porque no local ele é exigido, porque caso contrário as medidas são impostas de cima para baixo, esta tem sido a prática, e as autarquias locais têm sido também assim como as escolas profundamente desrespeitadas neste diálogo desigual. E é isso que está na forja mais uma vez. O que a CDU propõe e reitera é a absoluta necessidade de acompanhar ao pormenor toda esta questão e lutar por aquilo que é justo."-----

5.6.5 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Breves palavras para dizer que registámos com muita atenção e vamos acompanhar com todo o empenho e com todo o interesse e de perto as preocupações aqui trazidas pelos nossos Professores. Dizer também que em relação a preocupações que vieram de questões concretas do dia a dia quer da sinalização e trânsito, quer de questões relacionadas com as questões de limpeza também anotámos devidamente para podermos avaliar e intervir. Eu acho que pela enésima vez vou dizer a mesma coisa em relação às Terras da Costa e vou dizer a verdade. E a verdade é que existem um conjunto de lotes urbanos registados na Conservatória com a respectiva descrição predial que não fazem parte de qualquer processo de planeamento, eles existem como lotes constituídos e registados na Conservatória há muitos anos que marginam com uma via construída, uma via alcatroada que tem de um lado um conjunto de prédios e do outro terá exactamente os fogos para realojamento e portanto a Câmara Municipal através dos seus serviços e não através dos seus eleitos. Dos seus serviços com competências próprias, com saber fazer as devidas intervenções através da aplicação concreta das Leis que as Autarquias Locais têm que respeitar, naturalmente que notificou quem estava indevidamente a ocupar esses meia dúzia de lotes urbanos para retirar o que tinha indevidamente e mais do que uma vez quase meia dúzia de vezes foram feitas notificações e quando chegou o momento de ter que se iniciar um processo concreto de sondagem geológica, etc., os serviços tiveram naturalmente que assumir a sua responsabilidade no âmbito das leis e da sua competência. Não houve nenhuma violência, e o que houve foi uma actuação consonante com a legislação. Tudo o resto que se possa aqui dizer, é procurar confundir toda a gente. O Município de Almada, em todas as situações, respeita as leis e respeita as decisões, sejam elas de quem forem. Se houver decisões judiciais a cumprir a Câmara de Almada como qualquer outra Câmara cumpre-as, mas não temos neste momento qualquer decisão judicial para cumprir. O que temos é um conjunto de acções dos nossos serviços devidamente fundamentadas, exercidas com suporte legal para que o interesse público seja de facto acautelado. E o interesse público passa por ocupar lotes urbanos para construção de habitação social para realojamento. Eu sei que este assunto vai continuar a vir sempre que venham Assembleias Municipais,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

há quem faça de cada um dos assuntos que entendeu eleger como linha de combate relativamente democrática para usar os espaços do exercício da democracia para o fazer, mas não tenho mais a dizer senão aquilo que acabei aqui de referir. Também lamento que se diga que aquilo que está escrito por profissionais da área do jornalismo que foram fazer a sua pesquisa junto dos serviços e em função dessa informação escreveram, que se diga que não é verdadeiro, que é demagógico, etc.. Mas são afirmações que naturalmente ficam para quem as fez."-----

6 - Entrou-se no Período de Antes da Ordem do Dia (continuação das intervenções políticas).-----

6.1 - O Sr. Deputado Municipal António Abrantes de Almeida (CDU) - Presidente da Junta de Freguesia da Sobreda:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A Vila de Sobreda sempre mostrou saber bem receber e plenamente reconhecer.-----

É por isso que quero aproveitar para exaltar a obra feita por esta Câmara, nas terras da nossa Freguesia, nomeadamente esta Escola e aqui bem perto o Parque Multiusos, bem como o Pavilhão da Escola Daniel Sampaio e o Complexo de Piscinas Municipais.-----

No centro da Vila, gostava também de enfatizar, reconhecidamente, a abertura do Centro Terciário da Sobreda, já com todas as valências em funcionamento, tais como: Abastecimento Alimentar, Mercado Municipal, Campos de Ténis, Ringue descoberto e Restauração de uma qualidade superior.-----

Regozijamo-nos com os apoios da Câmara às Associações da Quinta do Bau-Bau e também à Associação Cultural e Recreativa do Bairro de S. João, para a edificação de espaços Desportivos e recreativos, bem como das suas sedes. Claro que continuamos a acreditar no futuro, e assim o nosso pedido para que, apesar das dificuldades criadas às Autarquias pelos sucessivos governos, queremos participar no projecto social da construção do novo Lar de Idosos da Sobreda, também com as valências do Centro de Dia, Creche e Apoio Domiciliário, promovido pelo Centro Social e Paroquial da Sobreda.-----

Queremos participar nos projectos, através das AUGI's, de arruamentos e urbanizações desta Freguesia.-----

Dar especial atenção ao Vale da Sobreda e à Quinta da Carcereira com os seus problemas específicos.

É nossa preocupação, e dos Serviços Municipalizados, criar condições de efectivo e real funcionamento das "VALAS" de águas Pluviais. Assim, e não duvidamos, que esta Câmara nos continue a apoiar no cumprimento dos compromissos assumidos com a nossa população."-----

6.2 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Dar conta daquilo que era a pretensão dos três documentos apresentados do CDS e que não puderam dar entrada. Um deles dizia respeito ao vulgarmente conhecido como Boletim Municipal e que pretendia que esse fosse um espaço aberto à pluralidade. Ele funciona frequentemente para lá da informação que sucede do Município, tem uma grande selectividade em relação às notícias sobre o Município, mas é muitas vezes um espaço de propaganda política sem direito a contraditório. E portanto, era pretensão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

do CDS que esta Assembleia deliberasse pela atribuição de páginas do Boletim Municipal aos Partidos com representação no Município e aos Cidadãos. Este Boletim também é muitas vezes quase um espaço de culto de personalidade. Sem prejuízo da Sr.^a Presidente da Câmara ser muito fotogénica eu não sei se é necessário que num Boletim Municipal tenha que aparecer treze fotografias da Sr.^a Presidente da Câmara como na última edição. Mas temos todo o gosto em vê-la sempre com um ar tão simpático. A segunda proposta dizia respeito àquilo que também foi trazido aqui ontem sobre a preservação do Monte da Cruz e o Cruzeiro de Vale Rosal que vão ser destruídos pelo IC32. E de facto era importante que os órgãos municipais fossem muito claros na defesa de um património com tanto valor. Os Srs. Deputados Municipais tiveram oportunidade de receber pelos líderes dos Grupos Municipais, um dossier sobre o Monte da Cruz preparado por um cidadão, não foi por nós, os Srs. Vereadores também receberam e eu pedi o favor ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de remeter esta documentação para os restantes Deputados Municipais através de e-mail. Isto é património inestimável e que vale a pena preservar. E o terceiro diz respeito de facto às Terras da Costa. E até que isto seja ganho e que vai ser ganho, porque não pode, a maldade a porfiaria não vai triunfar neste caso. Estou convicto disso. E portanto, até que esteja ganho será trazido aqui a todas as Sessões. Mas com certeza é um compromisso nosso, e é um caso verdadeiramente importante para o Concelho de Almada. Porque de facto aquilo que está aqui nos documentos oficiais da Câmara Municipal de Almada, são mentiras, eu não tenho outra maneira de lhes chamar.-----

Os lotes que foram agora ocupados, a propriedade dos lotes está a ser discutido em Tribunal, a Câmara não respeitou a separação de poderes e antecipou uma decisão do Tribunal, se a decisão do Tribunal for favorável aos agricultores corre o risco de não ter efeitos úteis, porque a Câmara se antecipou, usou sim violência. A Sr.^a Presidente não esteve lá deve ter medo de visitar as Terras da Costa, nunca vi lá e os agricultores também não, mas de facto eu estive lá. Eu estive lá e vi a violência sobre o património e aquilo é o modo de vida daquelas pessoas. Sr.^a Presidente não devia rir que aquelas pessoas não têm outro modo de sobreviver e é esse o modo de subsistência que as ordens que a Sr.^a deu terminaram ou estão a fazer-se terminar. Não sei se isso dá para a Sr.^a rir, é um grande desrespeito pela dignidade daquelas pessoas. De facto aquilo que é apresentado em relação às Terras da Costa dizia que a Câmara desconhecia qualquer caso em Tribunal, mas há, eu vi, eu vi os documentos do Tribunal, a Câmara está em Tribunal em relação aqueles lotes que foram ocupados, mais, eu gostava que me explicasse como é que se começa a construir habitação social ao abrigo do PP4 quando o PP4 não está aprovado. Isto é a política de facto consumado. Portanto, há aqui uma série de ilegalidades, uma série de atropelos e que eu estou convencido que em sede própria vão perder."-----

- 7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.-----
- 7.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XXII**).-----
- 7.1.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----
- 7.1.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Temos então neste ponto da Ordem de Trabalhos a Actividade do Município desenvolvida nos meses de Março e Abril de 2010, quer da Câmara, quer dos Serviços Municipalizados. Os documentos estão distribuídos e à vossa consideração. Durante a discussão da Actividade Municipal talvez haja oportunidade de abordar alguns dos assuntos entretanto referidos de uma forma menos verdadeira e nessa ocasião então poderemos falar. Vale a pena sorrir, porque sorrir dá saúde. Penso que há quem tenha vontade em desfazer a bília dos outros, mas não vão conseguir."-----

7.1.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; Ermelinda Toscano; Miguel Duarte; Cristina Coelho; Luís Varela Pais; Bruno Dias; Fernando Pena; Miguel Duarte, a Sr.ª Presidente da Câmara e o Sr. Vereador José Manuel Gonçalves.-----

7.1.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queríamos aproveitar este ponto da Ordem de Trabalhos como é nosso hábito para colocarmos algumas questões que julgamos de interesse das populações e desse modo e rapidamente passava a expor. Apenas da minha parte dois assuntos. Mas primeiro, eu queria agradecer a celeridade com que a Junta de Freguesia da Cova da Piedade interveio junto ao Hospital Particular de Almada. É bom referir isso e ao mesmo tempo também dizer que no que diz respeito às passagens dos peões não aconteceu nada. Portanto o elogio para a Junta de Freguesia da Cova da Piedade e a continuação do apelo acerca das passagens de peão que aqui colocámos na última Assembleia Municipal.-----

Depois, o primeiro assunto que queria colocar é também um apelo para que sejam vistos os acessos ao Funchalinho, que estão em péssimo estado. Nós agradecemos que dessem uma vista de olhos naquela situação e que resolvessem aqueles acessos que estão em péssimo estado. O assunto que queria dar um pouco mais de relevo da minha parte tem a ver com o conhecimento que tenho e que nós todos temos da zona da Margueira, e tenho recebido ultimamente algumas queixas, alguns lamentos digamos assim, de alguns utilizadores daquela zona. Então escrevi aqui meia dúzia de linhas que passava a ler. Na zona da Margueira, nas imediações da ETAR, há ainda uma centena de amantes do Rio que persistem em manter as suas embarcações e utiliza-las na prática da pesca, existindo uma dezena de profissionais que fazem deste meio uma forma de subsistência. Acontece que facilmente se verifica que o acesso ao local se encontra muito danificado e complica muito o transporte das embarcações quando é necessário retirar-las do local, a que se soma a dificuldade de retirar as embarcações de dentro de água, facto que apenas se pode verificar em situação de preia-mar. Em situação de baixa-mar a rampa existente fica completamente a seco, não permitindo o retirar das embarcações. O apelo dos utilizadores vai no sentido de se proceder a uma pequena dragagem junto à rampa e deste modo possibilitar a retirada das embarcações sempre que necessário. de notar que estes utilizadores pagam a taxa de cotagem e farolagem (eu já disse aqui uma quantidade de termos que eles é que sabem o que são) e além disso para poderem pescar também pagam a licença de pesca. A responsabilidade por este local é da APL, eles sabem isso e nós também. O apelo que aqui deixamos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

em nome dos utentes e em nosso nome também, deixamos aqui o apelo para que a Câmara Municipal de Almada intervenha dentro das suas competências e jurisdição e para impedir que aquele local se transforme num depósito de entulhos e de lixos cujos efeitos são já bem visíveis no local."-----

7.1.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Ermelinda Toscano (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sobre a Actividade Municipal Algumas Questões -----

Após a leitura atenta do Relatório “Informação da Actividade Municipal” desenvolvida nos meses de Março e Abril, cumpre-nos apresentar as seguintes questões:-----

Requalificação Urbana e Política Social de Habitação -----

Neste relatório fala-se, amiúde, no “acompanhamento das questões relacionadas com a reabilitação urbana decorrentes da entrada em vigor do novo regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro”, na campanha “Habitar é Conservar”, ou em Planos de Pormenor como o da “Requalificação Urbana e Funcional de Cacilhas”, entre outras actividades semelhantes, denotando uma certa preocupação da autarquia nesta área. É um facto.-----

E a senhora Presidente da CMA, acerca do teor da nossa Moção sobre Reabilitação Urbana apresentada na reunião de ontem, referiu que a autarquia fazia muito mais do que aquilo que nós abordávamos naquele documento, frisando que o município até já tem um Programa de Reabilitação Urbana que, a seu tempo, viria ao conhecimento dos deputados desta Assembleia.-----

Mais informou todos os presentes de que os Serviços estavam a proceder à delimitação das áreas de reabilitação urbana nos termos do novo diploma. Acreditamos que sim, e vamos esperar que o adequado instrumento de programação seja submetido a este órgão deliberativo para apreciação, conforme assim o determina o nº 1, do artigo 14º, do DL 307/2009.-----

Todavia, lamentamos que não se vislumbre entre o elencar destas iniciativas, indicadas a título sumário, descontextualizadas umas das outras e cujo grau de execução se encontra disperso por diversos eixos de intervenção, consoante as atribuições e competências dos diversos departamentos e divisões municipais, o enunciar de uma política global e integrada de reabilitação urbana para Almada.-----

A reabilitação urbana não é apenas a recuperação do edificado ou o embelezamento exterior dos espaços públicos. No contexto de um novo modelo de planeamento do território, há que conter os actuais perímetros urbanos para contrariar a tendência anterior do urbanismo de expansão.-----

Apesar de ser responsabilidade dos proprietários assegurar a reabilitação dos seus edifícios, no âmbito do Decreto-Lei nº 307/2009, percebe-se claramente que a reabilitação urbana passou a ser entendida como uma “política pública” cabendo à Administração (central, regional e local) a missão de zelar pelo seu integral cumprimento.-----

Ao contrário do passado, a reabilitação urbana passou agora a fazer parte da gestão urbanística corrente o que confronta as autarquias com um novo paradigma de nível organizacional obrigando-as a definir escolhas estratégicas para o município, integradas numa política económica, ambiental, cultural e social mais abrangente.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por isso, no actual contexto de crise económica, assume particular importância a política de habitação do município, visando a sustentabilidade social, pois não nos podemos esquecer que dois dos objectivos expressos no novo RJRU são, precisamente, o de “melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano” [alínea c), do artigo 3º] e o de “desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna” [alínea n), do artigo 3º].-----

Posto isto, cabe-nos perguntar:-----

Política de habitação social -----

Sabendo nós que a reabilitação urbana pode funcionar como mecanismo de integração sócio cultural e de promoção do bem-estar das populações [como apontam nesse sentido o teor das alíneas l) e m) do artigo 3º do RJRU], para quando terá Almada uma verdadeira política social de habitação que substitua as soluções pontuais de construção de bairros de habitação social que já se provou não estarem a conseguir satisfazer, na maioria dos casos, o principal objectivo para os quais haviam sido criados — o da inclusão social?-----

A participação cidadã no Direito do Urbanismo -----

As preocupações anteriores levam-nos a apresentar uma outra questão pela qual o Bloco de Esquerda sempre se tem debatido: a da participação dos cidadãos nos processos de planeamento do território.----

Este é um direito defendido na Constituição da República Portuguesa (artigo 65º) e, também, na Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo (aprovada pela Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, na redacção da Lei nº 54/2007, de 31 de Agosto).-----

Conjugando o disposto na alínea f), do artigo 5º e o artigo 12º do supra citado diploma, a participação dos cidadãos é contínua, ou seja, ao longo de todo o processo e não apenas na fase final quando o projecto já se encontra elaborado.-----

A participação preconizada na lei acontece (ou, melhor, deveria acontecer) desde a fase da deliberação sobre a elaboração de determinado projecto, passando pelo seu acompanhamento, execução e avaliação, e não apenas durante os períodos de suposta consulta e discussão pública.-----

Por isso, não basta realizar fóruns ditos de participação, mesmo que se lhes chame “palavra aberta”, se, afinal, as efectivas hipóteses de os projectos incorporarem as sugestões apresentadas pelos munícipes (depois do adequado estudo e enquadramento técnico da sua viabilidade) são nulas, dado que os planos chegam ao seu conhecimento já totalmente elaborados. E mesmo quando assim não é, a vontade dos responsáveis em alterar qualquer peça no sentido de satisfazer as pretensões da população é escassa apresentando uma série de argumentos para provar a impossibilidade de proceder a essa alteração.-----

Isto mesmo decorre das palavras da senhora Presidente ontem nesta Assembleia, quando se referiu à Moção do PSD sobre a “zona pedonal de Cacilhas” que acabou sendo rejeitada devido ao voto da sua bancada. Apesar das muitas falhas apontadas ao nível da concepção do projecto, muitas delas abordadas durante o decorrer da sessão realizada na casa Municipal da Juventude no dia 25 de Maio último, a resposta ontem aqui obtida em plenário foi a de que “o projecto não tem insuficiências”,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

menorizando as legítimas preocupações de residentes e comerciantes, embora pareça que a autarquia é a “às do diálogo”... falta-lhe, no entanto, capacidade não para ouvir mas para “saber ouvir” as justas preocupações dos munícipes. Ora isto desincentiva a participação.-----

“O direito só tem sentido quando se pratica, quando passa do papel para a acção” — disse-o recentemente o Prof. Cândido de Oliveira no 1º seminário luso-galaico de direito local (em Monção), falando a propósito desta questão cujo principal problema reside no facto de “não termos hábitos de participação democrática”.-----

E aqui as autarquias podem e devem desempenhar um papel crucial. O nosso direito é bastante rico nesta matéria (além da legislação referida temos, ainda, o próprio Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro — artigos 5º, 6º e, em especial, o artigo 77º), mas é preciso que as entidades públicas consigam quebrar o ciclo da indiferença. E não é com atitudes como a da CMA que o vamos conseguir.-

Participação Cidadã -----

Porque muito mais importante do que realizar inúmeras sessões públicas, é preciso fazer pedagogia. Por isso sugerimos:-----

Que a CMA passe a elaborar uns folhetos simples, com linguagem que descodifique os aspectos técnicos dos planos, e faça a sua distribuição à população antes do início de cada um dos fóruns de participação, disponibilizando essa informação no portal online do município para que fique em arquivo acessível para consulta posterior.-----

E nem sequer é preciso gastar rodos de dinheiro com a impressão desses pequenos cadernos e/ou folhetos. Hoje em dia, com o advento das novas tecnologias, consegue-se imprimir, com qualidade, uma série de produtos recorrendo à mais-valia interna da autarquia (isto é, os seus recursos humanos).-----

O acesso à informação -----

No dossier especial “Almada +”, inserido no jornal Expresso de dia 26 do corrente mês, diz-se que Almada é, e passo a transcrever:-----

«Território de participação e de envolvimento cívico, com uma governança próxima dos ritmos e necessidades quotidianas dos cidadãos, facilitadora do amplo acesso à informação, promotora de uma cultura participativa e solidária.»-----

Trata-se, declaradamente, de “publicidade enganosa”. Ou, então, os autarcas não são considerados cidadãos e, por isso, não lhes deve ser facultado o acesso à informação. Será?-----

Vem isto a propósito da resposta que obtivemos ao nosso requerimento nº 9, de 30 de Abril do corrente ano, no qual pedíamos nos fosse facultada a seguinte informação:-----

«Cópia (em papel ou em formato digital) dos mapas das transferências correntes, de capital e subsídios enviados às Instituições Sem Fins Lucrativos, anexos às demonstrações financeiras das Contas das Gerência dos anos de 2000 a 2008, inclusive.»-----

Esta informação foi-nos, contudo, recusada expressamente alegando a CMA que, e passo a citar:-----

«... o direito de fiscalização incide sobre actos e deliberações do mandato em exercício e não dos anteriores dado que as competências são temporais e limitadas ao período do mandato.»-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por isso cabe-nos perguntar:-----

Tendo presente o teor da alínea f), do nº 1, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro (na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro) com a Lei nº 46/2007, de 24 de Agosto (diploma que regula o direito de acesso aos documentos administrativos) e, ainda, a obrigatoriedade de cumprir com o disposto no Código do Procedimento Administrativo (artigos 124º e 125º, especificamente — adiante transcritos) sobre a necessidade de fundamentação dos actos da Administração pergunta-se:-----

Acesso à informação. Qual foi a fundamentação legal para que a CMA tivesse recusado fornecer ao Bloco de Esquerda cópia dos mapas das transferências correntes, de capital e subsídios, enviados às Instituições Sem Fins Lucrativos, anexos às demonstrações financeiras das Contas das Gerência dos anos de 2000 a 2008?-----

Artigo 124º - Dever de fundamentação -----

1 - Para além dos casos em que a lei especialmente o exija, devem ser fundamentados os actos administrativos que, total ou parcialmente:-----

a) Nuguem, extingam, restrinjam ou afectem por qualquer modo direitos ou interesses legalmente protegidos, ou imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;-----

b) Decidam reclamação ou recurso;-----

c) Decidam em contrário de pretensão ou oposição formulada por interessado, ou de parecer, informação ou proposta oficial;-----

d) Decidam de modo diferente da prática habitualmente seguida na resolução de casos semelhantes, ou na interpretação e aplicação dos mesmos princípios ou preceitos legais;-----

e) Impliquem revogação, modificação ou suspensão de acto administrativo anterior.-----

2 - Salvo disposição da lei em contrário, não carecem de ser fundamentados os actos de homologação de deliberações tomadas por júris, bem como as ordens dadas pelos superiores hierárquicos aos seus subalternos em matéria de serviço e com a forma legal.-----

Artigo 125º - Requisitos da fundamentação -----

1 - A fundamentação deve ser expressa, através de sucinta exposição dos fundamentos de facto e de direito da decisão, podendo consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que constituirão neste caso parte integrante do respectivo acto.-----

2 - Equivale à falta de fundamentação a adopção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do acto.-----

3 - Na resolução de assuntos da mesma natureza, pode utilizar-se qualquer meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que tal não envolva diminuição das garantias dos interessados.-----

Recursos Humanos - O problema anterior conduz-nos, por sua vez, a outros dois requerimentos que, também em 30 de Abril último, dirigimos à senhora Presidente e aos quais logramos obter resposta mas com informações insuficientes e até contraditórias, ficando a maioria das perguntas por esclarecer.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por isso, trazemos aqui a esta Assembleia, para conhecimento de todos os seus membros, o conjunto de perguntas que continuamos a considerar carecer de explicação clara e objectiva.-----

Requerimento nº 11 (a CMA vem afirmar agora, na resposta ao nosso requerimento, que em 31-12-2009 existiam 64 trabalhadores com CTTR, o que não corresponde aos dados do Relatório e Contas de 2009);-----

1. Como explica a CMA que os trabalhadores com contratos de duração precária tenham passado de 63 (em 31-12-2008) para 167 (em 31-12-2009)?-----

2. Este aumento de 104 trabalhadores no prazo de um ano foi para resolver que tipo de situações específicas?-----

3. Em 2009 a CMA dispunha de 102 lugares que poderia ocupar recorrendo aos contratos a termo resolutivo certo. Contudo, no Relatório de Actividades de 2009 é-nos dito que em 31-12-2009 havia 167 trabalhadores com contratos dessa natureza. Significa isto que, em 31-12-2009, a CMA tinha 65 trabalhadores a ocupar lugares não dotados no respectivo Mapa de Pessoal? Como explica a CMA esta discrepância?-----

4. Alguns destes trabalhadores encontram-se a ocupar lugares que visam satisfazer funções permanentes, nomeadamente nos novos equipamentos municipais inaugurados no início do ano transacto (nomeadamente, Biblioteca Municipal do Feijó e Piscinas Municipais da Sobreda e da Charneca) tendo por base um parecer do assessor jurídico da CMA, Dr. José Gaspar, que previa, no entanto, que a respectiva duração fosse, no máximo, de um ano. Perguntamos: qual é a situação exacta destes trabalhadores atendendo a que já temos decorridos mais de doze meses sobre a assinatura do contrato inicial?-----

Requerimento nº 12 (o despacho do Vereador dos Recursos Humanos, de 13-01-2010, remetido como resposta às nossas perguntas, já era do nosso conhecimento tendo sido, aliás, esse mesmo documento que nos levou a questionar a CMA sobre a política de gestão de recursos humanos, pelo que a sua remessa sem quaisquer explicações adicionais nada nos esclarece sobre as dúvidas apresentadas):-----

5. Através da leitura da Comunicação de Serviço nº 1/2817/2009, da Directora do Departamento de Recursos Humanos para o Vereador José Gonçalves, datada de 23-12-2009, ficamos a saber que, em 2009, «e ao abrigo do artigo 59º e seguintes da Lei nº 12-A/2008, deram entrada nos serviços de Recursos Humanos três requerimentos de mobilidade interna (na categoria e inter-carreiras), os quais se encontram em apreciação.» Perguntamos:-----

Já foram os mesmos apreciados? Qual foi a decisão? E a respectiva fundamentação?-----

6. Reconhecendo que o RCTFP dispõe no sentido de «o trabalhador, quando desempenha funções mais qualificadas do que as da categoria que formalmente detém, deve receber em conformidade», a CMA, na reunião de 17-12-2008, aprovou, por unanimidade, fosse efectuado o ajustamento funcional de 23 trabalhadores «considerando que os funcionários em causa têm demonstrado possuir a aptidão para o eficaz desempenho das novas funções.»-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mais ainda, foi considerado que «o correcto enquadramento funcional é fundamental para uma adequada gestão dos efectivos de pessoal e, conseqüentemente, para uma mais eficiente e rigorosa gestão de recursos humanos.»-----

No entanto, ficaram de fora todos aqueles cuja carreira de destino seria a de técnico superior, independentemente de andarem há anos consecutivos a solicitar a justa transição, atendendo até ao facto de já estarem a desempenhar, de forma permanente e continuada, as funções respectivas.-----

Porquê?-----

7. Falar em justiça e equidade como argumento justificativo do despacho de indeferimento dos pedidos de mobilidade interna (inter-carreiras para a carreira de técnico superior) leva-nos a questionar a perguntar:-----

Quais são, afinal, os princípios que sustentam a “política global de gestão de recursos humanos da CMA”?-----

Quais são, em concreto, os objectivos a atingir?-----

Como é que explicam que uma “política global” se aplique apenas a alguns trabalhadores?-----

8. Falar em “adequada gestão dos efectivos de pessoal” e numa “eficiente e rigorosa gestão de recursos humanos” e, depois, preferir abrir procedimentos concursais (que ocupam tempo demais e bastante dinheiro do erário público — veja-se há quantos meses tem a CMA concursos a decorrer) sem atender ao aproveitamento das competências dos seus próprios trabalhadores, não deixa de ser estranho. Por isso perguntamos:-----

Considerando que nalgumas áreas deficitárias a CMA até tem, entre o seu pessoal efectivo, trabalhadores que satisfazem os requisitos habilitacionais adequados ao provimento dos lugares em causa, a CMA elaborou algum estudo interno sobre as vantagens de se optar pela solução do concurso em detrimento da adequação funcional através da figura da mobilidade inter-carreiras?-----

9. Nos procedimentos concursais entretanto abertos para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, foi cumprida a regra estabelecida no nº 4, do artigo 6º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que determina que deve o mesmo iniciar-se, sempre, de entre os trabalhadores já com esse tipo de vínculo?-----

10. Sabendo nós que vários destes trabalhadores (a quem a CMA recusa a mobilidade inter-carreiras para a categoria de técnico superior) têm sido opositores a alguns desses concursos, como se justifica que, apesar da nota positiva na respectiva classificação, acabem por ser ultrapassados por candidatos contratados a termo resolutivo certo, ou até mesmo sem qualquer tipo de vínculo à Administração Pública, quando a lei é bem clara e apenas permite que os lugares sejam ocupados por esses candidatos na impossibilidade de os mesmos serem preenchidos pelos primeiros?-----

Programa POLIS -----

No Relatório e Contas da Sociedade COSTAPOLIS de 2009, elaborado em 18 de Março de 2010 e aprovado pela CMA em 7 de Abril último, referia-se que, em relação ao “Plano de Pormenor da Frente Urbana e Rural Nascente (PP4):-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A proposta final fora objecto de apreciação da Comissão Técnica de Acompanhamento em 4 de Dezembro de 2007;-----
- Em 2009 fora dada execução à 1^ª versão da proposta de plano, tendo a mesma sido entregue em 17 de Fevereiro de 2010;-----
- E previa-se para 2010 a conclusão da Avaliação Ambiental e da elaboração do respectivo Plano de Pormenor.-----

Todavia, na “Informação da Actividade Municipal” dos meses de Março e Abril, que nos cabe aqui hoje apreciar, é referido expressa mente que,-----

- A Divisão de Gestão e Administração Urbanística 4 procedera à «Apreciação dos projectos dos edifícios do Programa Especial de Realojamento (146) fogos.»-----

No pressuposto de que a CMA pretende, conforme declarações ao Jornal de Notícias de 8 de Maio de 2010, ter aqueles fogos prontos no prazo máximo de dois anos.-----

Sabendo que a titularidade da posse dos terrenos sobre os quais irão ser construídas aquelas habitações tem vindo a opor a autarquia (que se diz a legítima proprietária desde 1972, tendo registado as parcelas como urbanas em 1988) e os agricultores (que ao longo de décadas, passando várias gerações, as têm cultivado) nos tribunais, na luta pela definição sobre a titularidade daquelas terras, e que não há, ainda, qualquer sentença proferida, muito menos transitada em julgado,-----

Não podemos deixar de perguntar: Programa Polis -----

Qual foi a fundamentação legal que deu suporte à atitude abusiva da CMA de mandar desocupar aqueles terrenos ainda antes de saber qual é a respectiva decisão judicial?-----

Pensará a autarquia estar acima da lei? Qual é a pressa em construir aqueles fogos se nem o respectivo pia no está sequer ainda aprovado?-----

Se o problema é resolver as situações de alojamento de várias famílias que vivem em casas sem o mínimo de condições de habitabilidade, considerando que no concelho de Almada existem 9.000 casas devolutas, 4.000 agregados familiares referenciados nessas condições e apenas 2.000 pedidos de habitação, à semelhança do que já se faz noutros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, como é o caso da Amadora, não seria já tempo de a CMA pensar em alternativas (ao nível da aquisição e recuperação de fogos no tecido urbano já consolidado) para resolver esse tipo de problemas, recorrendo a soluções muito mais inclusivas do ponto de vista social? O que impede a CMA de o fazer?"-----

7.1.2.3 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr.^ª Presidente da Câmara, gostava de colocar-lhe algumas questões relacionadas com a informação da Actividade Municipal e começava por lhe dar uma nota estatística que talvez tenha interesse. É que neste documento são ditos setenta e nove vezes que foi assegurada e quarenta e nove que foi assegurado. E na verdade concordará comigo que a maior parte dos casos em que foi assegurada a apresentação, foi assegurado o desenvolvimento, foi assegurado o acompanhamento, foi assegurada a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

eliminação de graffitis, quer dizer, não faz muito sentido esta redacção neste documento. E portanto, haveria que fazer uma análise da forma como ele é apresentado, porque para além de se dizer que foi assegurado o acompanhamento não se diz por quem é que foi assegurado o acompanhamento nem por quem é que foi assegurado o desenvolvimento. E há aqui um caso em que se diz, "foi assegurado o acompanhamento do desenvolvimento", está na página 23. E portanto, também é importante que o documento que seja distribuído aos Srs. Deputados Municipais tenha critérios de redacção, que não passem um pouco por estas situações caricatas, passo o termo e sem ofensa para ninguém, que era oportuno e revelava que as pessoas que faziam isso tinham algum sentido da forma como se escreve e como se apresentam os documentos. Esta era uma questão de ordem geral.-----

Depois a questão principal que aqui me traz tem a ver logo com a entrada da informação da Sr.^a Presidente da Câmara e refere-se aos processos de reconversão da área urbana de génese ilegal. São aqui trazidos dezoito casos. Eu perguntava-lhe Sr.^a Presidente da Câmara se estes casos são os únicos que existem ou quantos processos desta natureza existem na Câmara? Eu gostava de lhe dizer um pouco isto, estes processos de génese ilegal é como a música, o António Cartaxo que com certeza toda a gente conhece, diz que a música é um romance sem fim. E na verdade esta questão dos processos de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal é também um romance sem fim. Porque já andamos nisto há volta de uns trinta anos senão mais, era importante que a Assembleia soubesse durante todo este período quantos processos foram apresentados e quantos já foram regularizados e quais são aqueles que efectivamente existem neste momento por regularizar e o verdadeiro estado deles, porque nós vimos nas informações da DGAL 2, da DGAL 3 e DGAL 4, são todas também pela mesma frase, prosseguir, aqui não é assegurado, é prosseguir o trabalho tendo em vista a conclusão. E é a repetição exacta da Informação anterior. E também aqui há que ter o cuidado de inovar, não escrever a mesma coisa que se escreveu na Informação anterior, também é interessante que haja mais qualquer coisa para além daquilo que se escreveu anteriormente. E portanto, Sr.^a Presidente era importante que a Assembleia soubesse, porque esta é uma questão estrutural também do nosso Concelho, de grande parte do nosso Concelho, que se soubesse, até porque entretanto no meio disto tudo há pessoas que já faleceram, há herdeiros, há pessoas que nunca conseguiram ver a sua rua alcatroada e é também para muita gente parecendo que não, mas um drama esta situação. Depois, gostava de lhe colocar também uma questão que foi aqui objecto de uma Moção ontem e que eu não estive na Assembleia por razões da minha vida profissional e peço desculpa de trazer aqui hoje e vou falar da ECALMA. E o que é que eu vou dizer sobre a ECALMA? Venho dizer que a ECALMA no dia 8 de Abril me notificou de uma infracção que eu cometi no dia 9 de Abril. portanto, tenho uma carta datada de 8 de Abril que diz que eu no dia 9 de Abril estacionei na Av.^a D. João I 2º, não sei se é D. João I, se é 2º, mas aqui diz D. João I 2º, lado oposto, se houver alguém que me saiba explicar onde isto é, eu agradeço, e mais, e mandou-me esta carta, eu recebi registada no dia 22 de Junho. Isto revelou como é que esta empresa funciona. Notifica com data de 8 de Abril uma pessoa que cometeu uma infracção de estacionamento no dia 9 e recebo a carta no dia 22. É evidente que eu no dia



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

seguinte fiz uma queixa ao Sr. Presidente da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária pedindo-lhe que ele considere nulo e sem efeito esta multa por estas razões que aqui estão. Mas este será um problema menor porque foi comigo, enfim, mas o problema da ECALMA é um problema grave no nosso Concelho. O que está a suceder e é isso que é preciso que todas as pessoas percebam é que a atitude desta empresa afasta os cidadãos da cidade, afasta os cidadãos do Centro de Almada. Nós não podemos parar.-----

Ainda há dias, e a Sr.^a Presidente se descer a Heliodoro Salgado e descer depois um bocadinho da Rua Bernardo Francisco da Costa e falar com os comerciantes, a Sr.^a numa manhã fica aterrorizada como de facto aquelas pessoas estão a ser vítimas efectivamente do abandono da cidade e o abandono tem a ver com isto, ainda há dias no estabelecimento que está ali, de flores, há uma pessoa que pára o carro em frente do local que é estacionamento só para cargas e descargas e mal a pessoa vai comprar as flores já tem uma multa de trinta euros, isto não é brincadeira. De trinta euros. São implacáveis, estão escondidos por trás dos prédios, mal a pessoa estaciona, estão lá caídos. Isto é verdade e é preciso que não caia em saco roto, e as críticas que estão a haver neste momento, agora o que se passa é que o estacionamento e depois é assim, não se compreende muito bem porque é que as pessoas durante o dia não possam estacionar nos residentes. É residentes de Almada Ocidental, de Almada Oriental, ainda que as pessoas que não residam lá não pudessem estacionar porque, por exemplo a partir das 20H00 era perfeitamente, agora eu vou da Charneca de Caparica que tenho que estacionar em Almada, que não consigo estacionar porque é para residentes e estão três ou quatro lugares vazios porque as pessoas obviamente saíram de manhã e levaram os seus carros e ficaram os lugares vazios, não posso estacionar porque tenho logo trinta euros de multa.-----

Eu gostava, já agora para terminar este aspecto que é importante dar uma sugestão que podia ser aproveitada e que vinha minimizar um pouco isto. O que é que me sucedeu a mim há dias na Amadora? Fui à Amadora visitar um cliente, pus cinquenta cêntimos na máquina que lá está que para espaço de uma hora, a reunião demorou mais tempo e quando vim tinha uma multa no carro. E então tinha um envelope com uma informação muito simpática, com uma informação de referência do valor e da importância e paguei quatro euros e meio. E eu civicamente fui ao Multibanco paguei os quatro euros e meio, meti o talãozinho dentro do envelope e pus nos correios. E fui perguntar aos Srs. porque é que me tinham autuado em quatro euros e meios. Quatro euros e meio porquê? Porque é o tempo máximo que se paga no estacionamento.-----

Isto é de facto, faz sentido. Ninguém tem que ficar incomodado com isto, aborrecido ou chateado. Agora por eu ter estado mais cinco minutos ou dez, ter que pagar uma multa de trinta euros, trinta euros não ganhava eu há quarenta anos e a Sr.^a Presidente sabe que era assim e hoje paga-se trinta euros, isto é um verdadeiro abuso e que as pessoas têm que ficar sensíveis para isso, nós não podemos continuar assim. Entretanto como esta empresa teve um prejuízo enorme como toda a gente sabe, agora o que se passa é que a partir das oito horas andam os Srs. da ECALMA a ver nos passeios os carros que estão estacionados para multar as pessoas. Porque a partir das oito acaba o estacionamento



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

obrigatório para pagamento, andam nos passeios dos outros lados precisamente para multar as pessoas. Porque ao que consta as indicações que foram dadas é no sentido de que a empresa não pode dar prejuízo e portanto tem que ser multas para compensar efectivamente a receita da empresa e consequentemente não ter prejuízo. Seja como for, há que ter isto em conta, porque na verdade nós não podemos continuar com esta situação.-----

Depois, queria-lhe colocar uma outra questão Sr.^a Presidente da Câmara, que tem a ver com problemas que há neste momento em relação à recolha do lixo. E há problemas graves sobre isso, o meu contentor há oito dias que não é despejado, é todas as quintas-feiras, espero que amanhã seja. Há oito dias que não é despejado e portanto há que ter em conta isto. Eu já disse aqui, o Inverno de facto foi muito húmido, choveu muito nestas Freguesias Sobreda, Charneca, há grandes intervenções para fazer ao nível da limpeza das ruas, ao nível do mato. Há zonas em que já não se consegue ver os passeios e era importante que a Câmara fizesse uma intervenção nesta área, porque obviamente as pessoas que residem nesta zona têm o direito à mesma qualidade de vida dos outros que vivem na Cidade. Somos todos Municípes, vivemos todos no mesmo Concelho com direitos e deveres iguais e consequentemente queria aqui apelar para que se fizesse um esforço nesse sentido, para que a Câmara fizesse este trabalho.-----

Relativamente aos SMAS, gostava aqui também de lhe colocar duas ou três questões. Há aqui na página 7, onde se diz aqui que, "foi dado seguimento ao Programa de Controlo da Qualidade da Água dos Fontanários não ligados à rede pública, sendo informada a Autoridade de Saúde e o Departamento de Ambiente da CMA sobre a má qualidade da água, sendo responsabilidade destas a colocação de placas indicativas." E eu perguntava-lhe de facto quantos Fontanários é que há nesta situação, se é que sabe e os locais em que existem ainda Fontanários com água que não é própria para consumo humano? Era uma informação que me parece importante. Depois há aqui uma informação sobre a construção e remodelação de infra-estruturas VII, enquanto que nas outras adjudicações é referido o local, estas infra-estruturas VII gostava de lhe perguntar onde é que se situa esta infra-estrutura VII. E por fim, gostaria de lhe dar uma sugestão que era que fosse feito um quadro comparativo das receitas relativamente aos períodos anteriores, ou seja, aqui é feita uma informação genérica relativamente às receitas correntes e de capital e era bom que, e era a sugestão que lhe fazia que de facto essas receitas fossem desdobráveis, um mapa discriminativo com aquilo que são receitas da água e aquilo que são outras receitas do Município.-----

Finalmente, uma questão que já coloquei, que volto a colocar, que é a cobrança via Multibanco nas Juntas de Freguesia, que é um processo que ainda não está implementado e que era de toda a necessidade, por razões de segurança que ele fosse implementado quanto antes."-----

7.1.2.4 - A Sr.^a Deputada Municipal Cristina Coelho (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Direcção-Geral das Autarquias Locais promoveu, em 2009, "o Prémio e-municípios" uma iniciativa que visa avaliar, reconhecer e premiar os municípios portugueses que prestam, através dos seus sítios na internet, os melhores serviços online aos cidadãos.-----

No total dos 308 municípios portugueses foram avaliados 30 processos e 10 serviços online prestados, serviços tão variados como obras municipais, cultura, água e saneamento ou consulta de informação georreferenciada.-----

As principais vertentes de análise aplicadas foram a facilidade de acesso à navegação, a personalização, a dignificação, a disponibilidade e sofisticação, numa perspectiva de avaliação final do grau de maturidade dos diversos serviços online.-----

Esta iniciativa da DGAL permitiu efectuar um levantamento nacional e respectivo diagnóstico relativamente ao grau de sofisticação dos serviços online dos municípios portugueses, assim como dinamizar a partilha de diferentes realidades, experiências e boas práticas na área da qualidade e modernização administrativa.-----

As questões relacionadas com o incremento da qualidade dos serviços públicos são, em Almada, uma matéria cara há já alguns anos, tendo vindo a ser realizado um investimento crescente na área dos serviços online, no sentido de garantir eficácia, qualidade e eficiência nos serviços, aproximando o cidadão/munícipe da autarquia.-----

Os processos de incrementação das questões relacionadas com a qualidade e modernização administrativa em serviços públicos são trabalhosos, requerem tenacidade e investimento contínuo em recursos materiais, humanos e de formação.-----

Neste sentido, a CDU congratula-se com os resultados obtidos pela Câmara Municipal de Almada na edição de 2009 do e-municípios onde foi classificada em 1º lugar na categoria de "Disponibilidade", em segundo na categoria "Maturidade" e em terceiro na categoria "Satisfação". São resultados que reflectem este investimento, ao longo de vários anos, assim como o incremento das boas práticas nos serviços da autarquia de Almada.-----

Cientes que as questões relacionadas com a modernização administrativa e a qualidade assentam no ciclo de melhoria contínua PDCA - de planeamento, execução, revisão e correcção das acções propostas - a Câmara de Almada irá continuar a apostar numa gestão qualificada, mais eficiente e inovadora, respondendo às novas necessidades criadas, sempre orientada para os cidadãos.-----

Este é o caminho que a CDU quer e tem vindo a construir para Almada e os seus munícipes. O reconhecimento da sua justeza e valor por parte da iniciativa e-municípios da DGAL comprova e certifica a pertinência, adequação e competência dos serviços e administração da nossa autarquia nesta matéria."-----

7.1.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Trago aqui algumas questões relacionadas com o tema da discussão neste ponto da ordem de trabalhos, que é normalmente o ponto de discussão em que se nos depara um Relatório de Actividades



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

referente a dois meses do ano e em que ao fazermos uma avaliação desses dois meses tendo em conta a forma como está redigido este Relatório de actividades, nomeadamente algumas questões de vocabulário que já foram levantadas aqui pelo Sr. Deputado do Partido Socialista que acabou por referir anteriormente, nos leva e nos traz muitas dificuldades relativamente à avaliação do mesmo. Se avaliarmos os dois meses em causa normalmente que nos é respondido é que temos que ver e temos que esperar pelo final do ano, porque é no final do ano que conseguimos ver o âmbito de todas as actividades que são propostas. Se por acaso fazemos uma intervenção que não consiste sobre o Relatório em causa, nomeadamente sobre outras questões de interesse para o Município é-nos dito pela Sr.^a Presidente de Câmara recorrentemente que não é o âmbito da intervenção a que devemos estar contidos. Portanto é sempre um ponto da ordem do dia difícil de podermos fazer uma intervenção que seja profícua e de acordo com aquilo que são as nossas obrigações. No entanto trago aqui alguns pontos que foram retirados do Relatório e que gostaria de ter algumas respostas que sejam realmente e que possam acrescentar informação àquela que já existe no relatório. A primeira questão prende-se curiosamente com uma questão levantada aqui anteriormente sobre o processo das AUGI's, em dois meses nós conseguimos facilmente perceber quais são os processos que estão a ser assegurados e acompanhados, não conseguimos saber é quais são os objectivos para este mandato, não pedimos para trinta anos ou para vinte anos, sabemos que são processos complicados. Para este mandato quais são os objectivos que o Executivo da Câmara tem em termos de finalização dos processos que estão em curso. Normalmente e passo aqui um exemplo, no final de cada Mandato existe informação dispersa pela nossa cidade sobre as grandes obras que foram cumpridas, estou-me a lembrar de um outdoor que aqui há uns anos atrás referia quantos metros quadrados de estrada que foram construídos e asfaltados, esta é uma situação recorrente, nós já trouxemos aqui isto várias vezes, é um processo complicado, são trinta anos, são muitos processos, é um território que careceu de um trabalho profundo que está com certeza a ser feito, mas como é que nós podemos avaliar o trabalho da Câmara se recorrentemente a informação que temos é "acompanhamento e assegurar". Portanto, Sr.^a Presidente de Câmara por favor, não responda a esta minha pergunta como tem respondido anteriormente que são processos complicados e que estão em curso e que terão o seu fim, acrescente se faz favor uma nova informação a este meu pedido.-----

Relativamente a uma outra situação também no âmbito do Departamento de Planeamento Urbanístico, gostaria também de ter mais alguma informação que pudesse acrescentar ao Relatório de Actividades sobre a informação em que diz que relativamente ao Plano Municipal, o PDM, o que se passa é que "continuamos a assegurar, continuamos a acompanhar". Por favor, Sr.^a Presidente de Câmara não me responda novamente a dizer que é um processo que está em curso, que a seu tempo seremos informados, que a seu tempo haverá informação sobre estas matérias, por favor, acrescente qualquer coisa a esta informação. Relativamente à Direcção Municipal de Desenvolvimento Social nomeadamente no seu Departamento de Cultura, são elencados um conjunto de acções que se prendem com o Turismo em Almada, nomeadamente a distribuição de informação às unidades



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

hoteleiras aqui novamente eu pedia à Sr.^a Presidente que acrescentasse nova informação. A Sr.^a Presidente com certeza, eu ao perguntar o que é que está a ser feito pelo turismo em Almada, vai-me dizer que foram inaugurados dois hotéis nos últimos anos, é verdade, vai-me dizer que está a ser feito um Plano Estratégico do Turismo, que a seu tempo seremos informados. Por favor acrescente mais qualquer coisa de informação a esta informação que está no Relatório.-----

Relativamente a duas perguntas muito pontuais que se prendem com a vida quotidiana da nossa Cidade. Estamos aqui na Sobreda, foram aqui alavancados pelo Sr. Presidente da Junta várias obras municipais, no entanto há quatro anos atrás eu perguntei à Sr.^a Presidente de Câmara o porquê da existência de um parque de sucata no centro da Sobreda e a Sr.^a Presidente disse-me que isso era um processo que estava a ser acompanhado em termos judiciais. Aquilo que lhe peço hoje Sr.^a Presidente, acrescente qualquer coisa a esta informação. No centro da Sobreda há um parque de sucata, todos sabemos que a Lei portuguesa não permite que estas situações existam. Há quatro anos respondeu-se que está a ser acompanhado e que é uma questão judicial. Se é essa a sua resposta ficamos por aqui, senão por favor acrescente mais qualquer coisa a esta informação. Relativamente a duas questões muito pontuais, tem a ver com uma solicitação e uma chamada de atenção, a Sobreda tem crescido muito do ponto de vista populacional, temos construído e tem-se construído várias urbanizações, tem-se construído as infra-estruturas viárias dessas urbanizações, mas infelizmente não se tem construído nenhuma infra-estrutura viária para melhorar o acesso à Sobreda. E o exemplo típico é o cruzamento dito do Texugo, onde existe um tráfego cada vez mais intenso de veículos e onde é uma situação extremamente perigosa do ponto de vista de circulação dos veículos como com certeza se passar lá hoje terá a oportunidade de verificar o estado do pavimento que se mantém assim já há vários anos. Finalmente é a última pergunta, prende-se com o estacionamento que existe na zona centro de Almada que a seu tempo e na minha opinião muito bem foi considerado uma alternativa pela Câmara na zona das antigas instalações da Citroën e que devo confessar estacionei lá há relativamente pouco tempo e que tem realmente condições, sendo provisórias tem excelentes condições até do ponto de vista tarifário. No entanto gostava de perguntar à Sr.^a Presidente de Câmara qual é o futuro a ser dado a este estacionamento que está neste momento a ser gerido pela ECALMA? Quando existirem novos estacionamentos em Almada, este estacionamento irá continuar como tal? Se não, que possíveis e futuras instalações é que a Câmara vê o antevê que possa ser dado a este espaço? É um espaço coberto, enorme, com certeza terá os seus proprietários penso eu, e portanto não conheço exactamente quais são os termos que a Câmara tem relativamente à utilização deste espaço, no entanto está numa zona de Almada que deve ser pensada e que deve ser requalificada com uma entrada de excelência para uma zona que salvo melhor opinião que é a Rua de Olivença, já há muito deveria ter sido essa sim transformada em zona pedonal e requalificada e que a Sr.^a Presidente por favor não me responda que são processos em curso, que Almada tem ideias para Almada Criativa, para os espaços artísticos de iluminação de rua e que os Comerciantes são apoiados com base naqueles programas do sorteio



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

automóvel. Por favor Sr.^a Presidente responda-me mais qualquer coisa, acrescente um pouco mais de valores.-----

7.1.2.6 - O Sr. Vereador José Manuel Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Deputado Miguel Duarte, quantos Fontanários há, não sei, mas sei o que fazemos em todos. Mas vou saber quantos há, eu sei que há muitos no nosso Concelho, felizmente durante muito tempo foram a solução para o abastecimento da água, e hoje são elementos importantes da nossa história da água, aliás daqui a uns meses haverá uma publicação relevante sobre o papel dos Fontanários na luta pela água para as populações. Naturalmente os serviços fazem a avaliação de todos e articulam com os serviços de saúde as decisões que é necessário tomar.-----

Relativamente às infra-estruturas VII é uma grande obra dos nossos serviços municipalizados que o nosso Município está a concluir. Na Charneca da Caparica mais de um milhão e meio de investimento na nova rede, portanto está a decorrer e bem é uma grande obra que está no nosso plano de intervenção. Relativamente à questão da sugestão que faz sobre as receitas, enfim registo e irei pensar também um pouco sobre isso.-----

Quanto à questão do terminal Multibanco, quero dizer que ultimamente tenho falado muito em si, porque fui reunir com todos os Presidentes de Junta naturalmente para abordar assuntos diversos e falei também sobre este, dei-lhe esse protagonismo de uma luta que encetou e certamente um dia vamos concluí-la penso que em conjunto."-----

7.1.2.7 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Vamos tentar responder na medida do possível. Eu gostava de começar por dizer que contrariamente ao que tem vindo a ser afirmado relativamente ao Cruzeiro do século XVII, este Cruzeiro encontra-se integrado na Carta com a localização das construções com valor arquitectónico-cultural do Concelho de Almada. Existe uma Carta do nosso Concelho onde estão registadas todas as construções com valor arquitectónico-cultural desde 1993. E também este património passou a estar registado no Património Metropolitano, num inventário georeferenciado do património da área Metropolitana de Lisboa desde 2002. É uma informação que penso que terá utilidade e por isso aqui deixo para vosso conhecimento. Depois também gostava de deixar uma referência a uma carta que recebemos da Agência Portuguesa do Ambiente e que hoje chegou à minha mão, onde nos dá conta que as questões consideradas na Deliberação da Câmara Municipal de Almada relativamente à declaração de impacte ambiental, diz-nos a APA "Informa-se que de acordo com o Despacho do Sr. Secretário de Estado do Ambiente, datado de 9 de Dezembro de 2008, compete à Estradas de Portugal S.A, na qualidade de entidade licenciadora do projecto, proceder à verificação da conformidade do projecto de execução, com a respectiva Declaração de Impacte Ambiental, pelo que esta Agência não tem quaisquer comentários a fazer sobre as questões consideradas na vossa Deliberação". Como vos disse aqui ontem, apelamos para o Sr. Secretário de Estado do Ambiente para a sua intervenção neste processo, no sentido de mandar verificar o respeito, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conformidade do projecto de execução para com a Declaração de Impacte Ambiental. E por aqui também passa o Cruzeiro e passam muitas outras questões, passa o perfil transversal da via, que na Declaração de Impacte Ambiental é de 2x2 e aparece agora como 2x3, e passa também o início da Via o IC32, que de acordo com a Declaração de Impacte Ambiental e Plano Rodoviário Nacional 2000 começa no Funchalinho e portanto vai até Coina, sendo que no Concelho de Almada termina mais ou menos no Nó da Queimada. São informações que gostaria aqui de deixar para quando se fala destas matérias não se aponte no sentido errado, nós queremos cooperar, queremos contribuir para que se evitem problemas porque ninguém ganha com a criação de problemas, ninguém ganha penso que a política não deve ser exercida de modo a ver quem é que ganha mais porque se deixam avolumar problemas e prejudicam as populações. A política deve ser exercida no sentido de evitar problemas para as populações e não deixar que haja problemas a acontecer e depois esgrimir para em direcção, muitas vezes a quem não tem qualquer responsabilidade relativamente aos processos. Portanto, o conhecimento é uma questão fundamental para todos nós e acabei de dar mais algumas notas sobre, e a propósito de questões que foram colocadas. Também gostava de deixar nota que de acordo com uma carta dirigida pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, em relação nomeadamente à Estrada Regional 377 é dito que em 26 de Janeiro de 2008 foi emitida pelo Sr. Secretário de Estado do Ambiente uma Declaração de Impacte Ambiental favorável ao desenvolvimento do Projecto de Educação, da solução B da Estrada Regional 377. Havia várias soluções em análise, entre o quilómetro zero mais três zeros, do quilómetro treze mais seiscentos e cinquenta conjugada com a alternativa B2 Variante à Mata dos Medos, alternativa B3, ligação ao Parque de Campismo e a solução B da Ligação à Fonte da Telha, condicionada ao estudo de uma solução que minimize o impacte sobre o uso agrícola dos solos entre o início do traçado e o quilómetro três mais três zeros, a qual deverá ter o acordo prévio da DRARO. Portanto, informação escrita não fui eu que a escrevi, está aqui o que quer dizer que os assuntos estão a ser acompanhados por quem de direito, o projecto não é da Câmara Municipal, a Câmara Municipal não deixa de assumir a cada momento a sua intervenção no processo, avaliando, chamando à atenção para insuficiências que detectamos quer do ponto de vista ambiental, quer do interesse mais geral das populações, seja dos transportes, seja de que natureza for. Portanto estamos atentos a acompanhar estes assuntos, mas está naturalmente na mão de outras entidades a tomada de decisões. É importante que isto seja dito com todas as letras, não está na mão da Câmara Municipal a tomada de decisões. Da parte da Câmara há uma atenção permanente relativamente a estes processos que são de grande importância para o nosso Concelho, atenção e contribuições de modo a que os interesses locais das populações, o interesse público seja devidamente acautelado. Mas não temos o poder de decidir. temos a capacidade de intervir e de contribuir e de chamar a atenção. E é isso que estamos a fazer e vamos continuar a fazer. Não há mentiras nenhuma relativamente às Terras da Costa. Se há processos em Tribunal, os Tribunais hão-de decidir e quer o cidadão, quer as instituições têm que cumprir as decisões do Tribunal. Há questões que são trazidas sistematicamente como verdades absolutas, domínio absoluto sobre tudo que até me assusta, porque realmente parece



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que há coisas extraordinárias que só alguns sabem. Lamento, mas parece que há coisas extraordinárias que só alguns saibam.-----

A Câmara Municipal, como disse há pouco, cumpre as leis, esta Câmara a seguir ao 25 de Abril impediu que as Terras da Costa fossem transformadas numa mega operação imobiliária onde não sobrava nem um palmo de terra para uma couve. Foi esta Câmara Municipal, e é bom que isto seja bem ouvido, e quando se fala da Estrada Regional 377-2, sim é necessário, é necessário mas mantendo as Terras da Costa como na sua esmagadora maioria em termos de área como terras agrícolas, é preciso é que elas sejam de facto agricultadas. É preciso é que as Terras da Costa sejam de facto agricultadas Srs. Deputados, e eu não vejo grande preocupação à volta dessa matéria, fala-se muito das Terras da Costa, salvaguardar o uso agrícola, etc. pois isso está acautelado o próprio Plano Parcial que não está aprovado e de cujos lotes que falei há bocadinho, não estamos a falar do PP4, porque uma coisa são lotes urbanos constituídos com registo predial, outra coisa são terrenos rústicos a transformar em terrenos urbanos e portanto não vale a pena enganar toda a gente dizendo aquilo que não é. E é bom que se perceba e há quem saiba do que está a falar, só está é a querer enganar as pessoas, há quem saiba perfeitamente a diferença entre um plano que vai transformar terrenos rústicos em terrenos rústicos e nalguns casos em terreno urbano, e quando se trata de terreno urbano que já existe, que está registado na Conservatória são lotes urbanos que se sabe muito bem o que é que lá vai ser construído, não precisa de nenhum plano. Eu também gostava de dizer isto aqui com veemência porque esta história das mentiras incomoda-me. Incomoda-me ouvir mentiras e sermos nós apelidados de mentirosos. Isto é terrível. Agora, dizem-se as coisas com uma desfaçatez que assusta porque realmente o imbróglio é tão grande que às tantas parece quase impossível desmontar o enleio. A verdade é esta, não havia um palmo de terra para uma couve, foi a Câmara Municipal a seguir ao 25 de Abril que inviabilizou esse plano do fascismo, esse plano do fascismo que apontava para transformar as Terras da Costa numa mega operação imobiliária. Foi para isso que a Câmara do fascismo comprou aquelas Terras. E não fora o 25 de Abril e o que lá estava não é aquilo, também lá estão coisas que não estão bem e é preciso que as terras sejam agricultadas. Penso que mais estes dados será interessante que sejam registados. Também não andamos com os olhos fechados com o Cruzeiro, etc., etc.. Há recomendações nos Pareceres Técnicos relativamente ao Cruzeiro. Mas acordou-se agora? A Declaração de Impacte Ambiental foi emitida em 2005, esteve a inquérito público, onde é que algumas pessoas que estão tão preocupadas hoje com o Cruzeiro, estiveram quando decorreu o inquérito público da avaliação de impacte ambiental? Foi em 2005, e nós estivemos atentos, e nós emitimos um Parecer aprovado na nossa Câmara Municipal, não era obrigatório, porque o inquérito público é para toda a gente, não é uma questão da Lei em que esteja previsto que as Câmaras se pronunciem. Nós pronunciamos-nos sempre, porque entendemos que aquilo que se passa dentro do nosso Concelho deve ser objecto da nossa análise enquanto Poder Local e apresentarmos aquilo que são os nossos pontos de vista relativamente ao que está a inquérito público de avaliação de impacte ambiental. E acompanhamos permanentemente, e dissemos do Cruzeiro e muitas outras.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Depois queria também deixar nota de que, eu espero que a APA embora nos tenha respondido isto, que também tenha feito chegar ao Sr. Secretário de Estado esta nossa preocupação. Porque a APA depende da Secretaria de Estado e mal andar um organismo se não alertar naturalmente o titular da pasta respectiva da tutela por alguma coisa que está a ser referido como menos canónico e ficar com isso na gaveta. Eu não acredito, talvez esta tenha sido a resposta. Mas, nós já ontem mandámos a carta, recebemos hoje esta relativamente à APA. Queria também deixar nota de que nós estamos a trabalhar com a Administração do Porto de Lisboa relativamente a todas as áreas ribeirinhas que limitam o nosso Concelho, e teremos oportunidade de também referir esta questão que o Deputado Luís Filipe aqui colocou, sendo uma questão de detalhe, pequena, mas para quem ali está é grande, sobre alguma dragagem que será necessária junto à rampa, etc.. Vieram outras preocupações que também registamos, há questões que não têm obviamente resposta, têm registo e depois tratar.-----

Quero dizer também à Sr.^a Deputada Ermelinda Toscano que de facto o pedido que foi feito foi respondido, ou seja, no que diz respeito aos documentos relativos ao exercício de 2009, que esta Assembleia Municipal aprovou o Relatório e Contas, e portanto está no seu exercício, está no seu Mandato, todos os documentos foram enviados. E foram enviadas fotocópias das Actas. Agora, Sr.^a Deputada, peço desculpa mas não me peça para ir pôr os serviços a recolherem papeis desde 2000. E de facto do ponto de vista formal está certa a resposta. Do ponto de vista formal está certa. Por outro lado, existem todos os Relatórios e Contas e todos os Planos de Actividade e Orçamento também estão de facto no site. Tem imensa informação, estão todos no site da Câmara Municipal. Agora, nós temos um Mandato, e é em relação a esse Mandato que temos obviamente que requerer toda a informação que precisamos e tem que ser dada, tem que ser disponibilizada e foi toda a informação solicitada relativamente a 2009. Deixou aqui um documento que vou ler, vamos ler com atenção, agora Sr.^a Deputada sugeria que o encarte pudesse talvez, não sei, com todo o respeito mas certamente que o leu com todo o tempo e com toda a atenção, mas eu penso que não se pode distrair da leitura do encarte, o que a Sr.^a Deputada aqui nos disse, porque nós estamos a falar de um objectivo estratégico de eixos de desenvolvimento do Concelho, e estamos a dizer naturalmente em função desses eixos o que é que está a ser feito e em síntese porque é documento que não tem dimensão de grandes detalhes. Mas a participação é uma questão que faz parte do nosso modelo de governança local, podemos achar que é melhor, que é pior, que gostamos mais, gostamos menos, que é preciso fazer mais, todos nós queremos sempre fazer mais. Agora que a participação é fomentada e acontecem de variadíssimas formas, momentos e espaços de participação no nosso Município, eu não tenho dúvidas nenhuma em jurar que isso assim é. A Sr.^a Deputada ainda há pouco tempo esteve e é uma pessoa assídua, esteve penso que em dois momentos em Cacilhas em que nós fomos ali discutir os termos de referência para um Plano de Pormenor, havemos de lá voltar com outros momentos, também o próprio projecto da Cândido dos Reis, para falar apenas de Cacilhas, agora acontecem permanentemente espaços de partilha e de participação, e de reflexão e contribuição dos cidadãos. Esses fóruns de participação mas também outros mecanismos existem.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queira dizer ao Sr. Deputado Miguel Duarte que, Sr. Deputado temos que ler isto também, claro que eu percebo a sua maneira, é sempre muito criativo na abordagem que faz e gosta de nos fazer rir, muito obrigada. Mas repare que é verdade que é preciso dizer o termo assegurado ou outros que aparecem, tem a ver com projectos, processos que não se esgotam em dois meses de trabalho. Tem a ver com processos que têm continuidade de facto, e na nossa Câmara há uma maneira de trabalhar que eu acho que é bastante avançada e que consiste numa intervenção transversal dos serviços. Nós temos na nossa Câmara em relação a múltiplos projectos e processos de trabalho a participação das mais variadas áreas do conhecimento da própria Câmara. O nosso documento está organizado em função da actividade desenvolvida por cada uma das unidades orgânicas, e penso que isto também dá, claro que não é linear, mas dá para se perceber qual é o envolvimento dos diferentes serviços do município, nos múltiplos projectos e planos e processos que estão em curso. E de facto podemos verificar que há uma transversalidade muito grande, há uma participação, sem haver a figura da equipa multidisciplinar que a partir de agora do novo diploma foi criada, na nossa Câmara já existe a prática de trabalho por equipas multidisciplinares, tendo nós a estrutura hierarquizada como temos. Mas o ambiente participa ao nível dos planos de urbanização, como também o trânsito, como também as áreas dos espaços verdes, etc., da própria limpeza, etc.. Isto é tempo Sr. Deputado, eles andaram a gastar o seu tempo durante estes dois meses, a dar a sua contribuição e o seu saber técnico, para a construção dos processos e projectos que não se constroem em dois meses, por vezes constroem-se em mais até do que um ano. Relativamente à questão das AUGI's. É evidente que o Sr. sabe que nestes anos mais de quase duas centenas de processos de reconversão de AUGI's foram conseguidos. E que hoje há muitíssimo menos processos de AUGI's do que havia. Muitíssimo menos. Estes processos colocam uma grande exigência, que é o de os próprios serviços, o próprio eleito procurar trazer para o processo muitas vezes comissões que estão adormecidas. Isto é verdade hoje. Portanto hoje, não quer dizer que não possa haver uma situação ou outra em que houve um descuido do serviço e é preciso chamar a atenção para isso mas a realidade de hoje é completamente diferente daquela que existia há uns anos atrás quando a grande pressão e o esforço era no sentido de acompanhar muitíssimas Comissões e organizar os proprietários para a Constituição de Comissões. Hoje é ajudar a que saíam um pouco da inércia e possam chegar ao fim com os seus processos. Começamos a colocar aqui porque isso também foi sendo dito, e a nossa Vereadora Amélia Pardal recomendou também aos Serviços que deveriam passar a fazer referência às AUGI's. Isto é também um cuidado da Vereadora Amélia Pardal para atender as questões que vão surgindo chamando a atenção dos serviços para, muito embora se esteja no desenvolvimento de um processo e o processo não tenha chegado ao Alvará não tenha ainda chegado ao Alvará, mas não se deixar de dizer quais os processos de reconversão que mexeram nestes dois meses e mexeram com a intervenção dos serviços, e mexeram com a intervenção da própria Vereadora, a realidade é completamente diferente neste nosso trabalho. Eu penso que em relação à ECALMA, todos nós podemos também dizer coisas que estão certas, dizer outras que são fantasias, etc., etc., tudo isso pode ser dito. Da nossa parte o que nos cabe é uma enorme atenção, não fechar os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

olhas, não fechar os ouvidos e procurar que esta nossa empresa municipal cumpra e cumpra bem o seu papel. Eu costumo dizer aos trabalhadores da ECALMA, não faço parte do Conselho de Administração, mas quando estou com eles, e estive no último Natal porque me convidaram para o jantar, o que eu disse a todos foi, vocês tem que conquistar o coração dos almadenses. O vosso trabalho é necessário, a gestão do estacionamento é fundamental, vocês têm que conquistar o coração dos almadenses. E portanto, não vou dizer tudo o que disse, mas acho que é uma mensagem séria, uma mensagem de procurar ajudar, eles tiveram formação, aliás gostava de vos dizer que antes de se contratar o primeiro Fiscal da ECALMA, eu acho que isto foi inovador, abriu-se a possibilidade aos jovens que quisessem frequentarem o cursos de formação e foram dezenas de jovens que se inscreveram para frequentarem formação enquanto fiscais, e não havia nenhum compromisso nem havia nenhuma promessa de depois da formação ficarem, ficariam obviamente os melhores e os necessários. Portanto, formação. Agora, é preciso contínua, é com certeza. A formação nunca está acabada, também nós, todos nós temos que ter isso presente, e se calhar enquanto autarcas também temos que ter formação contínua. Portanto, a ECALMA é uma necessidade tem que responder bem. Agora, eu penso que denegrir de uma forma radical e como se estivéssemos a tratar de gente sem valores, sem princípios, sem ética, que está à coca para ver quando vem alguém, eu não acredito nisso. Não são essas as orientações que os profissionais da ECALMA têm e a ACALMA não está a ter como propósito compensar eventual deficit com multas. Nada disso, nada disso, mas absolutamente nada disso está presente na gestão da ECALMA. A ECALMA tem que intervir, naturalmente que ninguém gosta de pagar uma multa, ninguém gosta. Eu ainda ontem na Costa da Caparica, está aqui um nosso autarca que pôs o seu carro no parque de estacionamento que tem lá os parquímetros e ele veio ter comigo e disse, "Sr.^a Presidente, pus ali o carro e tenho aqui o talão." Pois, mas não está identificado. Por isso a tal história do Vereador que pôs o carro num parque de estacionamento da Câmara, tinha que estar identificado. Tem que comunicar à ECALMA que é Vereador, que o seu carro tem aquela matrícula, agora não são os Fiscais. Podemos estar todos mal, agora não foi o fiscal que esteve mal, podemos estar todos mal e encontrarmos as causas deste problema, mas não foi a ECALMA, a ECALMA não adivinha que o carro que está ali com a matricula xpto é do Vereador, não adivinha que o carro que está ali com a matricula não sei quê é do autarca e que está em serviço, porque senão a gente também governa-se e não andamos cá para nos governar não é? Portanto num parque de estacionamento todos temos que pagar, mas o nosso autarca foi ali para a inauguração do Quartel da GNR na Costa da Caparica. Vamos procurar de uma forma construtiva, séria, nós temos que gerir o estacionamento, nós temos que ter regras na gestão do estacionamento e na vida da Cidade, e vamo-nos todos ajudar, porque ganhamos todos, ganha a população seguramente. Nós temos aqui muitos dados objectivos, quantificados do que se fez, e depois temos naturalmente em relação a projectos o desenvolvimento disto. Há por exemplo o Plano de Circulação, o Plano de Transportes. O mais interessante aqui é que se está a fazer um Plano para a Faculdade de Ciências e Tecnologia, o que interessa realçar e o que importa realçar desta informação que está aqui contida, nesta informação de dois meses, porque o que se diz objectivamente,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

sim senhor diz "foi assegurado o acompanhamento do desenvolvimento", porque quem está a acompanhar não está a desenvolver o Plano, não está, estão outros a desenvolver o Plano (vamos trocar por miúdos) de Mobilidade do Campus Universitário da Faculdade de Ciências e Tecnologia. E eu penso que isto é verdadeiramente o importante não é o acompanhar o desenvolvimento, é o conteúdo, é a essência. Também dizer que a Informação à Assembleia não é feita por mim nem por nenhum dos Vereadores, é feita por quem tem naturalmente o conhecimento e a informação. Queria deixar nota de que existe uma Comissão de Acompanhamento do PDM, que ainda há dias funcionou em que o nosso Presidente da Assembleia Municipal é Membro da Comissão, não sei se mais alguém, mas que ainda ontem houve uma reunião penso que o Luís Filipe também, houve uma reunião da Comissão de Acompanhamento. Nós temos uma Reunião marcada, não sei se o Sr. Presidente já informou, salvo erro é para o dia 6, uma reunião sobre as questões do PROT e do PDM, porque estamos à espera também do PROT, não vale a pena andar aqui a fazer folclore. O trabalho técnico está a ser desenvolvido, será naturalmente apresentado também logo que haja condições, aos Deputados Municipais. Vamos ter uma primeira abordagem ao processo do PDM mas vamos sobretudo também perceber o PROT. Nós temos que tomar posição local, não é a Presidente da Câmara, eu faço parte enquanto Presidente na Comissão Consultiva do PROT, mas não quero ali dizer o que está bem, o que está mal, eu Maria Emília não faço isso em lado nenhum. Vamos tomar a decisão nos órgãos próprios, vamos todos perceber o que é que ali está. Eu irei integrar na plataforma, nesta altura, porque é este o momento, entretanto houve as contribuições técnicas naturais, mas é este o momento de darmos a nossa contribuição antes do Relatório Final que há-de ser posto a inquérito público. O Plano Estratégico do Turismo está feito Sr. Deputado, há muito tempo, estamos já na fase da implementação, já veio em momentos anteriores a referência à sua aprovação, portanto está em execução. Perguntou sobre o sucateiro, não tenho obviamente não tenho os dossiers a cada momento do que está no contencioso, do que está aqui, portanto o Sr. perguntou, não tenho resposta para lhe dar, gostava de lhe dar mas não tenho. Em relação aos acessos à Sobreda houve investimento, outro se seguirá, vamos ver para quando a situação é que é mas estamos a trabalhar, mas tem havido investimento relativamente à Sobreda. Veja-se esta estrada que atravessa aqui a zona de Vale Figueira, foi uma estrada construída não há muito tempo, fazia parte do Plano Interconcelhio de Ordenamento da Circulação, como também aquele troço da Via Rápida da Costa até ao Alto do Índio que há-de prosseguir quando houver condições para isso.-----

Pergunta sobre o estacionamento que está nas antigas instalações da Citroën. Há um contrato feito entre a ECALMA e os titulares daquele espaço, tem um tempo, há-de durar enquanto o contrato durar. Penso que faz falta na Cidade, não sei se há algum proprietário com interesses diferentes para ali, mas se houver tenho todo o gosto em receber."-----

7.1.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu por culpa minha não me consegui inscrever para intervir na altura que queria trazer aqui alguns apontamentos mais cedo, mas penso que em todo o caso ainda poderão ser oportunos alguns aspectos que me parecem necessários em complemento até daquilo que foi trazido agora na intervenção da Sr.^a Presidente da Câmara e o Sr. Presidente dos SMAS e que têm que ver com aquilo que nós consideramos indispensável para que haja vida na Cidade e para que a Cidade funcione e para que nós possamos todos viver uns com os outros na Cidade. Isto tem que ver com exactamente, com o que se falou agora há pouco neste ponto da ordem de trabalhos e aliás por se ter falado nisso, eu trago aqui esta referência e esta reflexão. E em primeiro lugar para dizer que para que a Cidade funcione e para que se viva bem na Cidade é indispensável que haja cidadania e que se promova a cidadania e que se promova o bom exemplo e que nomeadamente se considere positivo uma prática e uma atitude do ponto de vista dos poderes públicos de que cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres de todos nós, cumprir e fazer cumprir as regras que estão em vigor, significará antes de mais que a Cidade é para todos e que não há quem esteja acima da Lei. E isso também quer dizer que respeitar nomeadamente as regras de estacionamento significa respeitar o próximo, significa respeitar o nosso vizinho, significa respeitar o peão que vai no passeio, significa respeitar a pessoa que vai com o carrinho de bebé ou na cadeira de rodas e que está ali a passar naquele passeio porque não está nenhum carro em cima do passeio onde ela vai a passar. E isto significa que a Cidade funciona melhor. Porque as regras que estão para todos definidas são cumpridas para que todos possam viver e conviver na Cidade. Ora, se há mais carros do que nunca, se como dizia já a minha avó que nunca se viu tanto carro, isto significa que as mentalidades também têm que mudar. Porque a Cidade tem que se adaptar aos tempos e nós temos que nos adaptar aos tempos que nós próprios criamos. E isso significa que as mentalidades têm que mudar rompendo com aquela atitude que tantas vezes criticamos, Srs. Deputados Municipais e quantas vezes ouvimos aquela frase de que "isto é mesmo à portuguesa", que é a lógica da abébia, que é a lógica do deixa estar, que é a lógica de que esta não conta, ninguém viu. Eu quero dizer que contra mim falo, quando digo que o ano passado ao entregar o IRS pela Internet atrasei-me meia hora, o meu computador teve um problema e paguei a multa. Ninguém me deu nenhuma abébia, paguei a multa do atraso de trinta minutos que era a mesma coisa que se fosse uns dias mais tarde ou o que fosse. Fui eu que perdi, a culpa foi minha. Isto significa que quando as regras são para todos e ninguém está acima delas, quem está na zona de estacionamento que é de um comerciante, ou que é de um fornecedor de um comerciante que vai fazer uma entrega, uma descarga, significa que a Lei é para cumprir e que tem que haver sim senhor pedagogia, e como disse a Presidente da Câmara que é importante que se conquiste o coração dos almadenses, que é importante que se construa pedagogicamente essa cidadania. Mas, o que é importante e sem querer dar lições a ninguém, porque estamos todos aqui para receber lições e nenhum de nós está para as dar, é que é importante que os eleitos locais promovam a cidadania e valorizem o cumprir e fazer cumprir as regras que são para todos em vez de criticar aqueles que estão aí no terreno para fazer cumprir as regras. Porque o Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte do PS afirmou há pouco que teriam sido dadas



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

instruções pela hierarquia superior na ECALMA para se reforçar a fiscalização no estacionamento porque e cito "a ECALMA está a dar prejuízo", e eu não ouvi mal, isto foi o que foi afirmado há pouco, e sobre isto duas notas muito breves, é que em primeiro lugar essa afirmação embora tenha sido dito num ambiente muito descontraído e com algumas gargalhadas pelo meio, é uma afirmação que é da maior gravidade, estão em causa pessoas e instituições, é uma atitude que nós dizemos aqui com muita clareza que repudiamos vivamente, ao vir aqui contar como quem conta uma anedota que foram dadas ordens superiores para ir fiscalizar as ruas porque é preciso ir buscar dinheiro.-----

Eu quero dizer em segundo ponto, sobre esta matéria que a lógica de fazer cumprir a Lei ou não fazer cumprir em função da obtenção de receitas é uma lógica que alguns partidos poderão ter tido no exercício do poder, inclusive ao nível do Poder Central não é a nossa. Não é a nossa Srs. Eleitos, Srs. Municípes. E isso significa que a Cidade é de todos e quem vai no passeio numa cadeira de rodas ou com um carrinho de bebé não tem que se preocupar se há prejuízo ou se há lucro numa entidade dessas. Quem se preocupa com o prejuízo ou com o lucro é quem a legislou e aprovou em Decreto-Lei, dizendo que empresas municipais têm que ter uma receita superior acima de determinado valor para que possam ter existência legal. Não fomos nós Srs. eleitos municipais. As populações que usam e vivem a Cidade todos os dias têm o direito de garantir que as regras que as defendem são cumpridas mesmo que isso signifique que eu como Cidadão se não estou a respeitar as regras que é como quem diz não estou a respeitar os meus vizinhos e estou a estacionar onde não posso, estou em cima do passeio com o meu carro, estou a impedir a passagem de alguém vou ser punido por isso? Vou sim senhor. Contra mim falo se isso me acontecer, mas estas regras são para todos nós e são para defender o bem comum e para defender os nossos vizinhos. A ECALMA ao fiscalizar o estacionamento Srs. Deputados Municipais, ao criar nas pessoas o entendimento de que não compensa desrespeitar as regras e desrespeitar o próximo está a cumprir não as ordens de um Administrador de uma empresa municipal, não as ordens de um Vereador ou de uma Presidente da Câmara Municipal, está a cumprir um Regulamento que deu razão de ser e que deu origem à sua existência e ao seu trabalho e à sua missão, Regulamento esse que foi votado favoravelmente pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal. E ainda bem que votou favoravelmente, porque se essas regras estão para serem cumpridas, não vamos agora aqui dar uma missão a uma entidade e vir aqui criticá-la por cumprir a missão que lhe atribuímos. E essa é uma questão incontornável Srs. Deputados. Nesse sentido queremos aqui dizer que é importante termos uma reflexão permanente sobre essa pedagogia cívica, sobre essa defesa do espaço público, sobre qualificação de uma Cidade que é para todos mas não queremos alimentar o sentimento de descontentamento que as pessoas podem ter, porque em vez de irem, olhe ao estacionamento que existe hoje na Citroën quiseram estacionar no local de cargas e descargas, porque a Cidade está para todos e há ai estacionamento a maior parte das vezes com muitos lugares vagos e isso é uma coisa que vai levar tempo. E este é um fenómeno de aprendizagem colectiva, uma mudança de mentalidades que não vai demorar um ano nem dois, vai demorar muito tempo, e provavelmente cá estaremos muitos eleitos municipais, eu espero que não com intervenções e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mensagens semelhantes àquela que ouvimos há pouco. Que eu gostaria que isso não acontecesse, mas cá estaremos nós e os outros que hão-de cá estar e aqueles que estarão no nosso lugar hoje a enfrentarem estas atitudes e dizer que não é por aí que devemos ir, que a Cidade pode ser melhor e não é com essas atitudes.-----

Já agora uma nota de informação, quando disse que trinta euros de multa, aquilo que as pessoas chamam multa, aquela coima por estacionamento indevido, é um valor que é um absoluto exagero, essa é uma reflexão que eu não fiz, devo dizer, não sei, para muita gente é um valor insuportável, para outros será uma coisa de somenos importância. É uma reflexão que não adianta fazer agora, mas quero só esclarecer que quem definiu o valor das coimas não foi a Câmara de Almada nem a Assembleia Municipal, foi o Governo e a maioria parlamentar através do Código da Estrada e como é no Código da Estrada que está definido esse valor as entidades como a ECALMA e outras, a EML e por aí fora cumprem o que está em vigor no Código da Estrada, sendo que em alguns dos casos o que a EML faz é uma ilegalidade, porque não há no Código da Estrada aquelas regras que alguns bares têm que é do consumo mínimo, que é não pagou o estacionamento no parquímetro, tome lá um talãozinho para pagar aqui como se estivesse quatro horas. Isso é igual. E portanto é uma discussão que os lisboetas hão-de ter. Eu espero que aqui não se tenha porque significa que se está a encetar uma prática que a Lei não permite. Eu peço desculpa por me ter demorado um pouco mais, mas penso que às vezes ouvimos demasiada, não estou a dizer que seja o caso agora, mas ao longo dos tempos, ao longo dos meses ao longo dos anos, vamos ouvindo demasiada demagogia sobre uma situação que às vezes pode revoltar num momento ou noutro determinado cidadão, mas que traduz uma forma muito limitada de ver o futuro e o desenvolvimento do tecido urbano e da vida na Cidade.-----

Em último lugar Srs. eleitos municipais, eu gostava de trazer aqui porque também se falou ontem e hoje da Loja do Cidadão, eu gostava de trazer aqui em voz alta a leitura de um documento que penso que terá sido distribuído a todos os Srs. eleitos municipais e que foi escrito não por um Membro do Comité Central do PCP, não por um eleito da CDU no Poder Local de Almada, não por uma pessoa enviada por um Governo de um país qualquer, mas foi escrito por uma pessoa que trabalhou de perto com o Concelho de Almada. E esta mensagem eu penso que tem o seu significado e deve ser motivo de reflexão, e diz isto, "Ao terminar a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão Segunda Geração, no dia 15 de Maio, nos termos do ponto 3, da Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2008 e ao cessar concomitantemente as minhas funções de responsável, venho apresentar a V. Ex.^ª Sr.^ª Presidente da Câmara Municipal, os meus cumprimentos de despedimento. Quero testemunhar o meu sentido apreço pelo tratamento de excepção com que fui distinguido e salientar a excelente cooperação institucional e pessoal que pautou o relacionamento com V. Ex.^ª. Aproveito o ensejo para informar que o processo relativo à análise da possibilidade de instalação da Loja do Cidadão Segunda Geração de Almada, continuará a ser desenvolvido pela Agência para a Modernização Administrativa. Assim e conforme nossa reunião conjunta de hoje venho salientar o envio de todos os elementos de projecto, plantas, ... e cortes do edifício do Centro Comercial M. Bica, os quais deverão ser remetidos ao cuidado do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Engenheiro Gonçalo Luís Vieira, Director da Unidade de Desenvolvimento de Obras e Manutenção desse Instituto. Com os votos dos maiores sucessos pessoais e profissionais, prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V. Ex.^a a expressão da minha elevada estima e consideração. Com os melhores cumprimentos e com estima pessoal, o Responsável da Estrutura de Missão da Loja do Cidadão de Segunda Geração."-----

Srs. eleitos municipais o que eu acabei de ler é um testemunho concreto de uma situação concreta que demonstra a relação de trabalho construtiva que o Poder Local em Almada desenvolve com todas as entidades e todos os parceiros com que é preciso trabalhar e dialogar, para tornar melhor a vida das populações do concelho. E quando nós falamos da Loja do Cidadão que é um trabalho, eu ia dizer um combate, é um combate sim senhor, é uma maratona, é o que nós quisermos designar para uma coisa que dura há anos e anos de trabalho em cada mês, em cada dia, que é preciso dar novas respostas e encontrar soluções e que muitas das vezes infelizmente passa por afirmações e intervenções lamentáveis a pôr em causa e a procurar fazer interiorizar para alguns sectores da opinião pública, interiorizar uma ideia absolutamente falsa de que supostamente há uma falta de empenho por parte deste Município relativamente a esta solução concreta."-----

Ontem, uma Múncipe de uma forma séria veio dizer "eu já não sei o que hei-de pensar porque, diz-se uma coisa, diz-se outra, peço informação e esclarecimento da Câmara Municipal." Foi dado o esclarecimento sobre a posição que a Assembleia Municipal tomou sobre esta matéria. Mas aqui está um testemunho concreto, um exemplo na primeira pessoa de alguém que directamente participou e acompanhou, não por parte do Município, não por parte do Poder Local de Almada, mas em nome do Poder Central, dialogando e trabalhando com o Município, com o Poder Local, com a Câmara Municipal de Almada e que deu testemunho do empenho, do esforço, do trabalho quotidianos que aqui se desenvolve e da atitude com que se procura encontrar soluções. Nós dizemos muitas vezes, Srs. Deputados Municipais, que uma atitude que é timbre e que sempre se pautou esta equipa, esta grande equipa, este grande colectivo no Poder Local de Almada é de exigir com firmeza e dialogar com lealdade. Aqui neste processo continuaremos com essa atitude como em todos os processos em que a Actividade Municipal venha para cima da Mesa encontrando as soluções e as medidas necessárias para os problemas que é preciso resolver e que é preciso ultrapassar. Neste sentido nós lamentamos, não vamos dar o mesmo troco e não vamos responder na mesma moeda, não vamos falar de maldade de perfídia, não vamos encarar esta atitude como se de uma cruzada contra a ... se tratasse, porque em relação ao debate político, em relação ao combate ideológico, sim senhor que o fazemos aqui, nós acima de tudo nunca esquecemos que estamos a trabalhar para resolver problemas concretos da população e estamos a trabalhar para construir soluções para uma vida melhor deste Concelho e das suas populações."-----

7.1.2.9 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Eu quando ouço a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada falar das Terras da Costa quase começo a crer que a Sr.^a Presidente acredita mesmo naquilo que está a dizer. E há bocadinho quando estava a ouvir a Sr.^a Presidente falar, não sei porquê vieram-me à memória umas celebres declarações na televisão daquele ilustre Ministro da Informação Iraquiano Tarek Aziz, porque na verdade aquilo que está em causa e já que a Sr.^a Presidente leu alguma coisa que veio do Ministério da Agricultura, eu também leio uma resposta do Ministério da Agricultura de 16 de Novembro de 2009 que diz que a Direcção Regional da Agricultura Ribatejo e Oeste, hoje Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo emitiu parecer desfavorável quanto ao estudo prévio da Estrada Regional 377/2, "No âmbito do estudo da avaliação do Impacte Ambiental, dado não estarem previstas alternativas para a preservação dos solos da Reserva Agrícola Nacional afectados pela construção dos primeiros quilómetros do traçado", isto é, e continua, " a posição assumida por aquele serviço do Ministério da Agricultura foi devidamente ponderada no Parecer da Comissão de Avaliação que igualmente assinala os impactes negativos sobre os solos agrícolas na parte inicial do traçado da projectada via rodoviária". Não fui eu que inventei, é o Ministério da Agricultura que diz. O que se passa (e continuo a ler) na Caparica por exemplo é criminoso, entre a duna e a praia está a linha de hortas mais produtiva da Europa, é uma faixa por vezes com duzentos metros de largura, já lá contei trinta e nove áreas hortícolas, resultam porque estão ao abrigo da barreira natural que ali existe, porque têm água e um metro e vinte de profundidade, porque tem o mar a regularizar as temperaturas e as humidades. Pergunto, porque é que o Polis da Caparica impõe aos agricultores que plantem relvados destruindo hortas perpendiculares à praia? O Arquitecto Gonçalo Ribeiro Teles, uma figura proeminente do nosso País, um grande especialista e uma pessoa que costuma ter razão várias décadas antes do tempo, e portanto quando a Sr.^a Presidente fala de coisas que acontecem nas Terras da Costa e que não deviam acontecer, eu estou de acordo. Por exemplo, aquele vergonhoso bairro clandestino que a Câmara Municipal deixou crescer e que alguns, permitam-me mas o baptismo não é meu, que alguns já chamam o bairro Maria Emília, é vergonhoso aquilo que se deixou crescer às portas da Caparica, nas Terras da Costa. Mas de facto e porque eu me parece que isto não pode ser só um conjunto de pessoas que está a viver numa realidade virtual e que acredita nela, aquilo que parece que é este processo da construção tanto da habitação social, porque havia muitas alternativas, com tantos fogos devolutos que há no nosso Concelho, enfim, mas porque havia a construção da habitação social e a Estrada Regional 377-2, que de facto sendo uma obra das Estradas de Portugal, sempre foi uma obra que a Câmara quis, defendeu. Eu tenho aqui várias notícias, várias publicações da própria Câmara em que a Câmara exige a construção dessa estrada, isto que está a fazer é uma espécie de "Cavalo de Tróia" por aqui vai começar o ataque à Reserva Agrícola, à Reserva Agrícola, à Paisagem Protegida e à Reserva Botânica e isso está manifesto. Atrás da estrada e atrás da habitação social virão muitas mais habitações e muito menos sociais. Isto é a abertura de portas à especulação imobiliária e é o fim do pouco património natural ou ecológico relevante do nosso Concelho e que tem como acabámos de ouvir e que tem características únicas na Europa.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Mudando de assunto, só para rematar ainda em relação a isto, eu estava aqui a recolher uma frase, eu apesar de tudo acho que vai acontecer a isto o que aconteceu à Via Turística que a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Almada sempre garantiu que cumpria todos os requisitos legais e que a Câmara também era pessoa de bem e que estava altamente empenhada, a Via Turística foi chumbada em Supremo Tribunal Administrativo e chegará a hora destes projectos terem o mesmo destino. Recordar umas palavras que vêm num livro notável que se chama o livro negro do comunismo que é a memória ganha no seu combate contra o nada e aqui também vai ganhar.-----

Ainda a propósito da Actividade Municipal, lembrar que nestes dois últimos meses que perderam a vida nas praias da Costa alguns utentes e isto talvez pudesse ter sido evitado se a Câmara Municipal de Almada fizesse aquilo que a Lei permite que é propor a abertura da época balnear mais cedo do que a data que está definida por defeito para quem não propõe uma alternativa. Nós temos características balneares muito interessantes, temos condições de atrair visitantes e turistas e faria todo o sentido e seria muito interessante para a Câmara Municipal de Almada avaliar no futuro a abertura da época balnear mais cedo e o encerramento mais tarde, até porque está em causa aqui a segurança e a vida de algumas pessoas.-----

Um terceiro aspecto prende-se com a Loja do Município, provavelmente eu tenho azar, eu passo ali com muita frequência, tenho azar, mas de facto olho lá para dentro e aquilo parece que a funcionária que lá está, está a cumprir alguma penitência ou algum retiro permanente, porque sempre que eu lá passo ela está sozinha, não há ninguém lá dentro e portanto eu gostaria que a Câmara Municipal de Almada numa próxima Sessão da Assembleia nos trouxesse os números, os registos da frequência da Loja do Município.-----

Por fim, chamar a atenção de novo para o perigo que representa para a segurança rodoviária a sinalização horizontal, eu não sei se há alternativa ou não, eu não vejo isto em todos os sítios, parece-me que a qualidade da tinta que é usada é insuficiente, a verdade é que a sinalização horizontal que é renovada com frequência é verdade, desaparece com muita rapidez e portanto há sítios em que não se vê e isso é perigoso para a segurança rodoviária e por outro lado há na Cidade ou nas Cidades um conjunto de sinais de trânsito que não estão registados, que não têm o número de registo, ora esses sinais de trânsito segundo o Regulamento de Trânsito que existe, o Regulamento de Sinais de Trânsito não são legais e portanto podem gerar confusão na gestão do trânsito e em caso de conflito entre automobilistas."-----

7.1.2.10 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
É só uma nota não de conteúdo mas de forma para dizer que relativamente ao Relatório de Actividades no que diz respeito aos mapas de execução orçamental estão completamente ilegíveis e portanto não sei se algum Sr. Deputado conseguiu ter a oportunidade de ler ou de fazer a sua apreciação mas é uma questão realmente só de forma porque desta vez neste Relatório é completamente ilegível todos as questões que estão aqui colocadas."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.1.2.11 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
De facto o que o Sr. Deputado Municipal do PSD acabou de dizer é uma verdade, não se consegue ler este documento e deve ter a ver com a impressão do mesmo, a impressora, a fita já não deve estar uma grande espingarda, como se diz na minha terra e naturalmente depois as fotocópias também não saem convenientemente. Portanto há que de facto ter em conta isso.-----
Um outro aspecto, é assim, ó Sr. Presidente dos SMAS, o Sr. depois vai-me dizer quantos Fontanários existem. Eu penso que já nenhum, mas isso é a minha percepção, mas depois o Sr. vai fazer o favor de dizer se ainda existe algum. Eu penso que já não há nenhum. É a minha preocupação.-----
Quanto à questão da cidadania eu estou completamente de acordo com o nosso prezado e estimado Deputado Bruno Dias, isso é uma realidade. E também estou completamente de acordo com a frase, com o chamamento digamos assim, que a Sr.^a Presidente fez aos trabalhadores da ECALMA. Agora, haveria todo o interesse e seria precisamente oportuno fazer a avaliação desse chamamento, ou seja, conseguiram conquistar o coração dos almadenses? Era isso que era importante. Porque quem circula em Almada e quem fala com os almadenses, o coração está destroçado com a ECALMA Sr.^a Presidente."-----

7.1.2.12 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu registo esta chamada de atenção relativamente à falta de legibilidade, eu consigo ler, mal, mas consigo ler o essencial dos números, mas registo e vou dar recomendações no sentido de que não aconteça futuramente. Queria deixar aqui uma nota que me parece que é importante, eu não sei se o Sr. Deputado Pena tem algo contra as mulheres, mas que tem alguma coisa contra a Presidente da Câmara de Almada isso seguramente que tem. Também já percebi que sendo católico como ontem aqui bem exacerbou essa sua afirmação penso que desnecessariamente porque cada um é o que é, parece que está em todo o lado, como o Espírito Santo, porque agora também esteve junto à Loja do Município, também está nas Terras da Costa, também está em todo o lado, ainda bem que tem esse dom. Queria dizer-lhe que não preciso de ler o livro negro do fascismo, porque vivi o fascismo e sei quais são as práticas dos fascistas. Portanto não preciso ler o livro negro do fascismo. Sou comunista e sou com muito orgulho e naturalmente não me envergonho de o ser. Queria dizer que o Sr. é que é mentiroso, ou pelo menos o que faz é não referir aquilo que é fundamental para o esclarecimento. E quando o Sr. faz referência ao primeiro parágrafo da carta do dia 16 de Novembro de 2009 deveria ter lido que esse primeiro parágrafo termina desta maneira "recomendando o estudo de solução que não inviabilize aquele recurso, conforme transmitido à Agência Portuguesa do Ambiente, ao abrigo do ofício 15445, de 7 de Outubro de 2007". Sete de Outubro de 2007 e que o que eu li, o que eu li começa por dizer "em 26 de Janeiro de 2008 foi emitida pelo Sr. Secretário de Estado (e continuei a ler) e condicionado ao estudo de uma solução que minimize o impacte ambiental, etc.". Portanto o Sr. só lê o que lhe interessa. O Sr. só lê o que lhe interessa, porque omite aquilo que não lhe interessa porque o Sr. quer é



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

malabarismos para confundir toda a gente e para apontar o dedo e caluniar quem exerce com toda a dignidade e com todo o espírito de missão e de serviço público esta função que o povo lhe confiou."-----

7.1.2.13 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Srs. Deputados Municipais;-----

Já agora apenas dar nota que este documento não é nenhum documento secreto, é um documento que pode ser visto no site da Assembleia da República porque tem a ver com uma resposta a uma pergunta do CDS-PP, pergunta nº 182 e de 16 de Novembro de 2009. Vindo do Ministério da Agricultura através do Ministro dos Assuntos Parlamentares."-----

7.1.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Não falando da forma mas da substância, porque a forma fica com quem a pronunciou, a Sr.^a Presidente fala de 2008, já agora a Sr.^a Presidente devia ter continuado a ler, porque depois no parágrafo cinco, "até à data não foi submetida qualquer proposta de solução para os efeitos referidos no ponto anterior, pelo que se mantêm as razões conducentes ao parecer desfavorável emitido." Isto foi afirmado a 16 de Novembro de 2009. Portanto, a Sr.^a Presidente também não lei o resto, provavelmente se calhar a sua fotocópia está cortada, mas eu tenho aqui se quiser ler o ponto número cinco. Portanto a posição do Ministério da Agricultura é exactamente a mesma que é de emitir parecer desfavorável. Mas nós percebemos, já percebemos que havia mais a perceber sobre este processo e que havia mais para ver e que só daqui se calhar a vinte anos é que, quem cá ficar é que vai perceber, é que vai julgar os erros de hoje."-----

7.1.2.15 - Não havendo mais pedidos de palavra foi encerrado o debate e considerada apreciada a Actividade Municipal.-----

7.2 - Entrou-se no ponto 3.2 com a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Adesão do Município de Almada à União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA), também designada União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa", (**Conforme ANEXO XXIII**).-----

7.2.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal para apresentar a respectiva proposta.----

7.2.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Almada tem uma cópia da carta do Ministério da Agricultura, eu pedia ao Sr. Presidente o favor de distribuir essa carta se assim o entender a todos os Srs. Deputados Municipais. Não é uma carta da Câmara Municipal de Almada, é uma carta do Ministério da Agricultura e depois do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que não é obviamente dirigida à Câmara, mas que trata do assunto.-----

Queria então sobre este assunto em apreciação colocar à consideração da Assembleia Municipal a proposta aprovada na Câmara que tem em vista a adesão do nosso Município à União das Cidades Capitais Luso-Afro- Américo-Asiáticas designada também por UCCLA, no seguimento de um conjunto de deliberações feitas, de contactos estabelecidos, e pela história e pelo processo que temos vindo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

também a desenvolver na nossa relação com as cidades de países de língua oficial portuguesa, nomeadamente de África e pela população oriunda destes países que residem no nosso Concelho com grande expressão, pensamos que é uma adesão que faz sentido e que será certamente útil não só para Almada e para os seus habitantes, mas para toda a cooperação que já iniciamos há alguns anos e que importa reforçar e alargar."-----

7.2.2 - No debate usou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco.-----

7.2.2.1 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas -----

É com satisfação que tomamos conhecimento da intenção do Município de Almada, integrar a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.-----

União essa, fundada há exactamente vinte e cinco anos por Nuno Krus Abecassis, que aproveitamos desde já, para homenagear o mentor do projecto, um Homem de grandes virtudes que apesar do seu cariz Conservador sempre foi um Homem com enorme visão estratégica virada para o futuro, de uma enorme sabedoria e de um inabalável sentido fraterno para com os outros povos. Um Homem de Valores.-----

Sendo assim, a necessidade de um maior intercâmbio entre os povos que com Portugal construíram a sua história há mais de cinco séculos, é de todo imperativo que esses laços sejam mais estreitos, e seja proveitoso um dinamismo de cooperação entre os povos irmãos muito mais acentuado.-----

O carácter cultural, económico, social, turístico, linguístico e científico, são entre outras, matérias a incluir e a explorar neste intercâmbio lusófono que levará a uma maior aproximação dos povos e uma maior identificação de cada um, unidos pela língua de Camões.-----

Os laços de fraternidade, de solidariedade e de cooperação entre os povos e as cidades, deve ser o pólo aglutinador dessa igualdade na diferença e identidade de cada um.-----

Só com o respeito pela diferença se pode chegar ao consenso da harmonia através de um trabalho conjunto onde todos ganharão com esta união, e que trará com certeza, um maior desenvolvimento e prosperidade dos seus membros.-----

O intercâmbio deverá passar além da partilha de valores fundamentais às sociedades como a Democracia, a Fraternidade, a Tolerância e a Paz, deve também incluir e promover as iniciativas culturais, económicas, profissionais, prestação de serviços, intercâmbio de pessoas e bens no âmbito da formação e aprendizagem, entre muitas outras, com o intuito de promover o desenvolvimento dos povos que fazem parte da UCCLA.-----

Só com um sentido de missão, de entreatuda, e com a certeza de que não existem superiores nem inferiores mas sim diferentes, podemos fazer com que esta mesma União seja uma prática de bons costumes e um bom exemplo a seguir.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por muito europeus que nos sintamos, teremos de ter a consciência que foi junto destes povos que ao longo de séculos escrevemos as páginas da nossa história, e se alguma história ficou por cumprir ou remediar, é essa a nossa hora.-----

É a hora, de em tempo de Paz, solidificarmos os laços de amizade e fraternidade que nos une, com cooperação, entreajuda e com a experiência de cada povo.-----

Esperamos que o Município de Almada possa também aproveitar esta oportunidade para se poder afirmar internacionalmente na linha das cidades desenvolvidas e de cariz humanista ajudando a fazer a ponte entre a Europa e os restantes continentes.-----

Queremos assim, um Município mais aberto ao exterior onde possa tirar da experiência da convivência com outros povos, outras culturas, e numa só língua, o verdadeiro sentido da Diáspora dos nossos tempos.-----

O CDS-PP vota a favor da entrada do Município de Almada na União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, na certeza porém de ir acompanhando o seu desenvolvimento e dentro das suas competências apresentar também ideias e propostas para uma melhor e qualitativa acção da UCCLA."--

6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta N.º 20/X-1.º, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação

A União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), também denominada União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, é uma associação intermunicipal de natureza internacional, sem fins lucrativos, perfilhando o quadro de valores comuns às organizações não governamentais para o desenvolvimento (cf. artigo 1.º dos Estatutos da UCCLA).-----

A UCCLA, ainda nos termos estatutários - artigo 3.º, tem por objectivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membro, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes.-----

Considerando que o Município de Almada tem vindo a prosseguir os mesmos princípios e objectivos da UCCLA, através de um permanente desenvolvimento da cooperação e da amizade com todos os povos do mundo, e em particular com Povos de Língua Oficial Portuguesa.-----

Considerando também que a participação do Município de Almada na actividade e acção da UCCLA proporcionará o reforço de processos de cooperação multicultural, traduzindo-se também em novas vantagens para o Povo de Almada e para os demais Povos integrados na União, juntando-se aos processos exemplares de Almada com Angola e Cabo Verde.-----

Tendo ainda presente o resultado dos contactos da Câmara Municipal com o Secretário-Geral da UCCLA e a proposta submetida à apreciação e decisão da Assembleia Municipal para efeitos da adesão.-----

Nestes termos, ao abrigo e para os efeitos do artigo 53.º, do número 2, da alínea m), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Assembleia Municipal autoriza o Município de Almada a integrar-se na União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, também designada por União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.-----

- 8 - Não havendo mais pedidos de palavra deu-se por concluída a agenda da reunião.-----
- 9 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu novamente o empenho de todos e em particular à Escola que disponibilizou o espaço e apoio à realização da Assembleia e mimou os eleitos municipais.-----
- 10 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr. Miguel Ribeiro (Boletim Municipal); Sr. Fernando Fitas (Notícias de Almada) e de cinquenta e nove Srs. Munícipes.-----
- 11 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: Nuno Filipe Miragaia Matias; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; António José de Sousa Matos; Maria Amélia de Jesus Parda; José Manuel Raposo Gonçalves; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes e Helena Maria Gomes Oliveira.-----
- 12 - Foi aprovada a Minuta da Acta.-----
- 13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H25 do dia 1 de Julho de 2010.-----
- 14 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____